



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA

**A INTEGRAÇÃO COMERCIAL DO PARAGUAI A PARTIR DO MERCOSUL E
SEUS EFEITOS SOBRE AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILO-PARAGUAIAS**

Ivyann Larissa Barros de Carvalho

Serra Talhada-PE

2018

IVYAN LARISSA BARROS DE CARVALHO

**A INTEGRAÇÃO COMERCIAL DO PARAGUAI A PARTIR DO MERCOSUL E
SEUS EFEITOS SOBRE AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILO-PARAGUAIAS**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Prof. Dr^a. Priscila Michelle Rodrigues de Freitas.

Serra Talhada-PE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

C331i Carvalho, Ivyan Larissa Barros de

A integração comercial do Paraguai a partir do MERCOSUL e seus efeitos sobre as relações comerciais brasilo-paraguaias / Ivyan Larissa Barros de Carvalho. – Serra Talhada, 2018.

71 f.: il.

Orientadora: Priscila Michelle Rodrigues de Freitas

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2018.

Inclui referências.

1. Paraguai. 2. Brasil. 3. Integração econômica internacional. I. Freitas, Priscila Michelle Rodrigues de, orient. II. Título.

CDD 330

IVYAN LARISSA BARROS DE CARVALHO

**A INTEGRAÇÃO COMERCIAL DO PARAGUAI A PARTIR DO MERCOSUL E
SEUS EFEITOS SOBRE AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-PARAGUAIAS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Priscila Michelle Rodrigues de Freitas
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Prof. Me. Adelson Santos Silva
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Prof.^a Dr^a Carla Calixto do Silva
Universidade Federal da Paraíba

Serra Talhada – PE, _____ de _____ de 20__.

*“Até aqui nos ajudou o
SENHOR”.*

(I Samuel 7.12)

*"Não são os grandes homens que
transformam o mundo,
mas sim os fracos e pequenos nas mãos
de um grande Deus". (Hudson Taylor)*

DEDICATÓRIA

À Ubiracy (pai), Vaneide (mãe) e Lucas (irmão).

RESUMO

Na abertura comercial da década de 1990, permite aos países um maior fluxo de capital estrangeiro nas economias mundiais. A formação do Mercosul, no ano de 1991, foi importante para promover o desenvolvimento econômico das instituições membros, o que permitiu ao Paraguai maiores ganhos com o comércio. No entanto, as relações comerciais estabelecidas entre Paraguai e Brasil se aproximam a partir do Mercosul, mas percebe-se que a relação comercial entre ambos se estreitou a partir de 2012, com o aumento de investimento externo brasileiro em território paraguaio. Nesse sentido, a fim de avaliar o impacto da integração comercial entre dois países calculou-se o índice de criação e desvio de comércio para os setores de frigoríficos, cimentos, plásticos, têxteis, calçados e autopeças no período de 1997 a 2016. Os resultados encontrados na pesquisa mostraram que apesar das reduções tarifárias do Mercosul houve um aumento médio nas importações em 30%, esta análise constata que as reduções tarifárias permitiram um aumento substancial nas importações de plásticos, têxteis e autopeças.

PALAVRAS-CHAVE: Paraguai. Brasil. Integração Comercial.

ABSTRACT

Commercial opening of the 1990s, allows countries a greater flow of foreign capital in the economies in the countries of the world. The formation of Mercosur in 1991 was important to promote the economic development of its member countries, which allowed Paraguay greater gains in trade. However, the commercial relations established between Paraguay and Brazil are approaching from the Mercosur, but it is perceived that the commercial relationship between both narrowed from 2012, with the increase of Brazilian foreign investment in Paraguayan territory. In this sense, in order to assess the impact of trade integration, the index of creation and trade diversion for the refrigeration, cement, plastics, textiles, footwear and auto parts sectors for the period from 1997 to 2016 was calculated. results found in the survey showed that despite the Mercosur tariff reductions allowing an average increase in imports by 30%, the analysis showed that the tariff reductions allowed a substantial increase in imports of plastics, textiles and auto parts.

KEYWORDS: Paraguay. Brazil. Business Integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Criação de Comércio	23
Figura 2: Desvio de Comércio	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Efeitos antes e depois da formação da União Aduaneira.....	25
Quadro 2- Compatibilização dos setores em estudo com a Nomenclatura Comum do Mercosul/ Nomenclatura Brasileira de Mercadorias	41
Quadro 3- Descrição das Variáveis Utilizadas.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Criação e desvio de comércio.....	21
Tabela 2- Elasticidades de Importação	41
Tabela 3- Elasticidades de Substituição	42
Tabela 4- Tabela comparativa entre Brasil e Paraguai.	49
Tabela 5- Participação dos Gastos Públicos em Educação e Saúde no PIB em (%) no ano de 2016..	49
Tabela 6- Participação das importações brasileiras sobre o total analisado.	50
Tabela 7- Resultados dos cálculos de criação e desvio de comércio.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do PIB brasileiro, paraguaio e do Mercosul ao longo dos anos.....	45
Gráfico 2- Evolução das relações comerciais entre Brasil e Paraguai.....	47
Gráfico 3- Importações de frigoríficos do Brasil provenientes do Paraguai	51
Gráfico 4- Importação de cimentos do Brasil provenientes do Paraguai	52
Gráfico 5 - Importação de plásticos do Brasil provenientes do Paraguai.....	53
Gráfico 6- Importação de têxteis do Brasil provenientes do Paraguai.	54
Gráfico 7- Importações de calçados do Brasil provenientes do Paraguai.	55
Gráfico 8- Importações de autopeças do Brasil provenientes do Paraguai.	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHS	Effectively Applied Tariff
ALICEWEB	Análise das Informações de Comércio Exterior
AO	Oferta Agregada
Confins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
DA	Demanda Agregada
FAOSTAT	Food Agriculture na Organization of United Nations
GTAP	Global Trade Analysis Project
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias de Bens e
ICMS	Serviços
IDE	Investimento Externo Direto
IPRF	Imposto de Renda sobre a Pessoa Física
IPRJ	Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MFN	Most Favored Nation
Nafta	North American Free Trade
NBM	Nomenclatura Brasileira de Mercadorias
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
PIS	Programa de Integração Social
Rediex	Red de Inversiones y Exportaciones
RM	Resto do Mundo
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
SH	Sistema Harmonizado
STIC	Standard International Trade Classification Revision
TEC	Tarifa Externa Comum
UA	União Aduaneira
UM-Comtrade	United Nations International Trade Statistics Database
Wits	World Intragred Trade Solution

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1 Fases de Integração Econômica	17
1.2 A Teoria da Criação e Desvio de Comércio	20
CAPÍTULO 2 - O MERCOSUL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO COMERCIAL PARA O PARAGUAI E O SEUS EFEITOS NO COMÉRCIO BRASÍLIO-PARAGUAIO	27
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA PESQUISA	36
3.1 Indicador de Criação e Desvio de Comércio.....	37
3.2 Base de Dados	40
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
4.1 Caracterização da economia paraguaia e o estabelecimento das relações comerciais com o Brasil....	44
4.2 Resultados dos indicadores de criação e desvio de comércio.	56
5-CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

Iniciado no fim da Segunda Guerra Mundial, a globalização pode ser entendida como um processo pelo qual todos os países estariam integrados através dos avanços científicos e do aperfeiçoamento tecnológico nas áreas de comunicação e de informação que permitem o intercâmbio comercial e cultural entre países (Brum e Heck, 2005). Esse processo caminha lado a lado com a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo (1817), que defendia que os aumentos gerados pelos fluxos comerciais internacionais favorecem a geração de emprego e renda no país.

As vantagens comparativas, como advogadas por Ricardo (1817), permitiram identificar incentivos naturais que um país possuía em relação aos demais, essas estão relacionadas aos incentivos oferecidos pelos baixos custos dos Estados nacionais relacionados as baixas taxas de impostos, a qualidade das vias de transportes, as vias de comunicações e demais oferecidas aos agentes econômicos a fim de realizar as transações econômicas sem que a competitividade do produto nacional seja abalada (Brum, 2002).

Se por um lado, a expansão das relações comerciais da década de 1990 trouxe um grande afluxo de capitais estrangeiros, propiciando a geração de emprego e renda, através do processo de globalização econômica, já por outro, como apontam Fiestel e Hidalgo (2011), concebeu que outro tantos setores fossem prejudicados por não se encontrarem preparados para a concorrência internacional no mercado doméstico. Como uma das alternativas para proteger os setores nacionais, a formação dos acordos regionais entre países provoca a redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias entre países pertencentes ao mesmo acordo.

Na América Latina, a formação dos acordos regionais é vista como uma alternativa para promoção do desenvolvimento dos países na década de 1980 (Seitenfus, 1992). Com isso, a formação dos acordos regionais foi defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), vista como a possibilidade da região para promover o desenvolvimento dos países, gerando o fruto do uso compartilhado dos recursos materiais financeiros e humanos. Assim nasce o Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir do Tratado de Assunção, nos anos de 1991 assinado entre Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai.

As relações comerciais brasiloparaguaias iniciam-se a partir nos anos 1960, com a construção da Ponte da Amizade que, de acordo com César (2016), foi responsável por diminuir a dependência externa do Paraguai em relação ao Porto de Buenos Aires, outorgando a

produção interna paraguaia escoada a um preço competitivo no cenário internacional. Outro passo importante para o estreitamento das relações Brasil – Paraguai, se deu através da construção da usina hidroelétrica de Itaipu, na década de 1970, no período em que os dois viviam sob o regime de ditadura militar. Conforme apontado por Rigo et al (2013), a construção da usina viabilizou o aumento da matriz energética entre os dois países, ao mesmo tempo que promovia o desenvolvimento econômico brasileiro, precavendo-o de uma futura crise energética.

Segundo Seintenfus (1992), o Paraguai vê na formação do Mercosul uma alternativa para que as suas exportações se tornassem mais barateadas frente ao cenário internacional, tornando importante a necessidade da industrialização da economia no país, a qual se encontrava totalmente atrasada e baseada em três atividades: a exportação de energia elétrica, venda de *commodities* agrícolas e comércio de triangulação (CÉSAR, 2016).

Decorrente aos três acontecimentos citados acima, o Brasil se torna o principal parceiro comercial do Paraguai até os dias atuais, e a partir do estreitamento das relações comerciais para com outros países ao longo desses anos, principalmente entre os países dos emergentes, as relações comerciais estabelecidas entre os membros do Mercosul, sendo motivo de questionamento para alguns pesquisadores sobre a importância do bloco econômico como instrumento de integração entre esses países (Ministério das Relações Exteriores, 2007).

Como já citado anteriormente, a formação do Mercosul é importante para o Paraguai já que se enxerga na formação do bloco uma oportunidade para obter ganhos com o comércio em função de sua posição privilegiada como país membro, assim como se torna importante a necessidade da industrialização da economia do país. De acordo com Ministério das Relações Exteriores (2007), o fato das exportações paraguaias serem tipicamente agrícolas tem prejudicado a dinâmica comercial do país, já que o Brasil já possui vantagem comparativa em produzir esses bens.

Para promover a industrialização do país, o Estado paraguaio tem adotado um conjunto de reformas as quais tem permitido a modernização da economia local. Mediante Teixeira (2013), a adoção de uma política neoliberal, na década de 1990, tem estimulado a atração de investimento estrangeiro direto no país para fomentar o setor industrial baseado em três pilares: na primeira, Lei da Promoção de Investimentos (lei nº 60/90), que possibilita a isenção dos impostos aduaneiros para os bens de capital, insumos e matérias-primas importados, além de isentar os Impostos de Renda para as vendas em 95% realizadas durante um período de cinco a dez anos; no segundo benefício oferecido pelo país está o Regime de Zonas Francas

estabelecido pela lei de 523/95, que delimita regiões geográficas para o regime tributário especial, isentando as empresas exportadoras de qualquer tipo de imposto, exceto o imposto de Zona Franca, correspondente a 0,5% do faturamento; no terceiro benefício oferecido ao polo é o Regime de Maquila, estabelecido pelo decreto de 1.064/1997 e regulamentado pelo decreto de 9.585/2000, que estabelece vantagens tributárias para as empresas locais que sejam subsidiárias de empresas estrangeiras, com isenção de impostos únicos gerando o dobre a importação e o pagamento de 1% do valor agregado de tudo o que foi produzido em território nacional.

O Paraguai tem apresentado uma estratégia de crescimento consolidada nos últimos anos e tem permitido que as empresas brasileiras migrem em função da redução dos custos competitivos, relacionados a mão-de-obra e energia elétrica (Furequeé e David, 2018), em função da proximidade geográfica com o Brasil e as reduções tarifárias impostas pelo Mercosul, as importações se tornam mais barateadas, o que favorece o estreitamento das relações comerciais para com esses dois países.

Recentemente, apontado por Espósito (2012), as relações comerciais entre Brasil e Paraguai fortificam em função dos benefícios ofertados pelo Paraguai, que proporciona um aumento no investimento externo direto de origem brasileira, principalmente para os setores de frigoríficos, plásticos, cimentos, têxteis, calçados e autopeças (Turco, 2016).

Atraídas pelos incentivos oferecidos no país, as empresas dos respectivos setores mencionados vêm a oportunidade de obter menores custos de produção e obtenção de um preço mais competitivo se comparado ao Brasil, mas ao mesmo tempo, a partir das reduções tarifárias do Mercosul, as importações se tornem mais barateadas do que as importações provenientes de outros países.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca responder a seguinte pergunta: qual o efeito da formação do Mercosul para o estabelecimento das relações comerciais entre Brasil e Paraguai? Acredita-se que a formação do bloco seja benéfica aos dois países, apesar da reorientação da política externa brasileira, mas o Paraguai tem-se beneficiado das reduções tarifárias para obter ganhos de competitividade em relação aos demais países.

Diante do exposto, esse trabalho pretende contribuir com o estudo das relações comerciais internacionais na América Latina, uma vez que tem como objeto de estudo nessa vertente a atuação do Paraguai. A literatura mostra que o país tem realizado esforços para

expandir suas atividades produtivas a nível de Mercosul, oferecendo vantagens que tornam mais atrativo a produção em território paraguaio do que no Brasil ou importar de outros países.

São poucos os trabalhos que abordam a temática, além da inexistência de trabalhos que busquem mensurar os efeitos da integração comercial do Paraguai, a partir da formação do Mercosul. O período de análise para a realização da pesquisa compreende de 1997 a 2016. A escolha desse horizonte temporal justifica-se pelo fato da maioria dos dados estarem disponíveis para estes anos.

Como objetivo geral: almejam-se discutir a integração comercial entre Brasil e Paraguai e os seus efeitos nas relações comerciais estabelecidas a partir do Mercosul. Como objetivos específicos: busca-se discutir a teoria de criação e desvio de comércio proposta por Jacob Vinner (1950), fazendo revisão dos efeitos dos acordos comerciais sobre a economia brasileira, e mensurar o efeito da integração comercial do paraguaia e seus efeitos na relação comercial entre Brasil e Paraguai.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

A globalização pode ser entendida como um processo de unificação pelo qual toda a população mundial se torna cada vez mais unida em uma única sociedade (CARVALHO; SILVA, 2007). Na abertura comercial das economias na década de 1990, permitiram um maior afluxo de capitais estrangeiros para as nações advinda com o processo de globalização econômica, porém trouxe o receio de que os seus setores produtivos fossem prejudicados, deixando que fossem adotadas novas formas de reduções tarifárias entre um grupo restrito de países, através da assinatura de acordos comerciais.

Apesar de ser um processo antigo, a formação de acordos comerciais entre um grupo restrito de países desfruta de um crescimento espetacular apenas em 1990 (Caves et al., 2001). No caso da América Latina, a integração entre os países através da formação dos acordos comerciais é vista como uma alternativa para promover o desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos, através do aproveitamento dos recursos naturais e produtivos.

Com vistas a fim de apresentar um melhor entendimento sobre a formação dos acordos comerciais e seus efeitos sobre a economias dos países envolvidos, o presente capítulo se divide em duas seções, na primeira apresentará a definição de integração regional, na segunda seção a Teoria da Criação e Desvio de Comércio proposta por Jacob Vinner (1950).

1.1 Fases de Integração Econômica

A integração econômica é definida como um processo de eliminação de restrições ao comércio, pagamentos e a mobilidade de fatores internacionais resultante da fusão de duas ou mais economias por meio de um acordo regional. Este processo vem se intensificando a partir da Segunda Guerra Mundial com a redução progressiva das barreiras ao comércio internacional.

De acordo com Carbaugh (2004), a integração econômica entre países originou-se de dois grandes processos: a partir da redução recíproca das barreiras tarifárias não-discriminatórias liderado pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e seu sucessor, a Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto o outro decorreu a partir da formação dos acordos regionais através do qual um pequeno grupo de países concordam em reduzir as barreiras tarifárias entre si em vez de estendê-las aos demais países do mundo. Com isso, cada

país determina sua própria política interna, porém inclui um tratamento comercial especial aos demais países pertencentes do bloco econômico.

Conforme apontado por Maia (2008), os acordos regionais são formados no intuito de estimular o comércio entre os países de uma mesma região. Araújo (2010) nos fala que, a experiência mais madura para a formação do bloco econômico é a União Europeia em 1951 com a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que culminou na consolidação da União Europeia como uma união monetária e econômica em 1993, diante da assinatura do Tratado de Maastricht no mesmo ano.

Na América Latina, a integração comercial latino-americana é uma proposta da Cepal para promover o desenvolvimento econômico dos seus países, utilizando da melhor maneira os fatores produtivos locais (Seintefus, 1992). Para Araújo (2010), o processo de integração na América Latina ganha força durante os anos de 1940 e 1950, a partir da formação Mercado Comum Centro-Americano em 1951, formação de um pequeno bloco regional entre os países da América Central.

Todavia, o processo mais ambicioso para a integração comercial entre os países latino-americanos dá-se a partir da iniciativa do Brasil e Argentina, na assinatura do tratado de Montevideu em 1960, que instituiu a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) formado por além dos países já mencionados, como Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, o qual tinham por objetivo de ampliar o comércio regional entre os países signatários, na redução gradual das barreiras comerciais entre estes países (Faria apud Araújo, 2010). Porém, em função da hegemonia norte-americana, a implementação desse acordo regional não foi bem-sucedida, apesar do esforço estratégico dos países membros.

Para além, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social de seus países, Brasil e Argentina unem-se na tentativa de promover o desenvolvimento econômico e social dos seus países nascendo o Mercosul, fruto da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Seintenfus (1992) trata que, à formação do Mercosul foi importante para fomentar o desenvolvimento econômico dos países membros, em especial o Paraguai, utilizou de sua posição privilegiada como país membro do bloco para obter maior competitividade diante do cenário internacional.

Das reduções tarifárias preferenciais obtidas junto ao Mercosul, o Paraguai como condição de pequena economia, no Mercosul, em vista das reduções tarifárias, facilitou ao país reduzir os custos de para importação de bens de capital (César, 2016).

Contudo, percebe-se que a estratégia de integração vem ganhando cada vez mais espaço no contexto internacional na formação de acordos comerciais a fim de reduzir a competitividade internacional.

Segundo Brum (2002), existem no mínimo cinco fases de integração comercial. A fase mais simples da integração comercial é quando dois ou mais países comercializam entre si preferências comerciais (BAUMAN et al., 2004). O estabelecimento de uma Área de Preferência Comercial compreende a isenção de impostos sobre a importação no comércio entre países envolvidos apenas para um pequeno número de produtos em que cada país envolvido possui independência comercial em relação ao resto do mundo, sem que os países envolvidos pertençam a mesma região geográfica.

A seguinte fase da integração comercial compreende a formação de uma Área de Livre Comércio, que implica em um conjunto de concessões generalizadas, na qual um conjunto de países concordam em eliminar todas as barreiras tarifárias e não tarifárias entre si, mas permanecem com a sua própria política externa.

Por seguinte, as formações de uma União Aduaneira compreendem as Áreas de Livre Comércio acrescidas da formação de uma política externa comum, em que os países envolvidos apresentam-se nas negociações internacionais como representantes de uma única voz.

Ressalta-se ainda que um desdobramento recente das Uniões Aduaneiras são as Zonas Francas ou Zonas de Livre Comércio (SALVATORE, 2000), as quais permitem a atração de investimentos estrangeiros permitindo que a importação de produtos intermediários isentos de impostos.

Por outro lado, o Mercado Comum consiste na formação de uma União Aduaneira com livre mobilidade de fatores de produção entre os países participantes, da adoção de barreiras externas comuns de forma que os fatores de produção podem deslocar-se livremente entre os países, permitindo a formação de um mercado único de fatores regional.

O último estágio da integração seria a União Econômica que busca harmonizar e até mesmo unificar as políticas monetárias que a integram administradas por uma única autoridade nacional.

A formação dos acordos regionais entre países pode causar benefícios quando malefícios as economias envolvidas (DAVID; NOMEMERG, 1997). Com isso, os acordos regionais podem ser realizados a fim de promover o crescimento econômico dos países envolvidos, economias de escala na produção de bens e serviços bem como promover a especialização pela aprendizagem e atrair investimento estrangeiro.

Pode-se citar também que os acordos regionais podem atingir objetivos não-econômicos relacionados, por exemplo, ao controle da imigração. Em relação aos malefícios, podem-se citar o fato de que os exportadores de países não pertencentes ao acordo podem ser prejudicados ao perderem uma parcela significativa de mercado caso as suas vendas sejam direcionadas aos países membros do acordo regional.

1.2 A Teoria da Criação e Desvio de Comércio

De acordo com Rodrigues e Teixeira (2012), umas das principais motivações para a formação de um acordo regional entre países é a possibilidade de obter ganhos com o livre comércio. No entanto, a integração comercial era vista como a segunda melhor opção, pois sob o ponto de vista econômico, o efeito de uma isenção tarifária poderia ocultar produtores mais eficientes de outras partes do mundo. Sendo assim, a primeira melhor opção seria a multilateralismo econômico.

Ainda assim, pode-se ressaltar que a integração comercial pode causar dois efeitos: os efeitos estáticos, relacionados a produtividade e sobre o bem-estar do consumidor, enquanto que os efeitos dinâmicos estão relacionados a taxa de crescimento de longo prazo dos países envolvidos no acordo comercial.

Com isso, a contribuição seminal para explicar os efeitos da formação de um acordo comercial entre países é conhecida como a Teoria da Criação e Desvio de Comércio atribuída Jacob Vinner (1950), cuja análise reside apenas sobre a geração de comércio e a produção. A inclusão dos efeitos sobre o consumo foi feita por Meade (1955) enquanto que o benefício líquido sobre o bem-estar dos consumidores foi feito por Johnson (1960).

O modelo considera adota por hipóteses: o mundo é formado por três nações, A, B e RM que comercializam entre si um único bem Y; a estrutura de mercado nos mercados de bens e fatores adotada é do tipo concorrência perfeita; há mobilidade de fatores de produção dentro dos países, mas não entre países; não há custos de transportes; as restrições de comércio restringem-se às tarifas cobradas pela importação do bem Y; os custos de oportunidade de produção estão plenamente refletidos nos preços; e por fim, a economia opera em pleno emprego e há equilíbrio nas transações correntes. (VINNER apud POERSCHKE, 2008, p.59)

Partindo da análise do país A, supõe-se que este estabeleça um acordo comercial do tipo União Aduaneira para com o país B, do qual permite a alteração das alíquotas de importação e a sua total remoção das barreiras internas no comércio entre os dois países provocando

alterações no excedente do consumidor e do produtor permitindo um movimento em direção ao livre comércio fazendo com que o produto Y seja vendido a um menor preço surgindo duas consequências específicas (POERSCHKE, 2008) explicadas a partir de um modelo hipotético apresentado em Carvalho e Silva (2007) e adaptado e visualizado a partir da tabela 1.

Tabela 1: Criação e desvio de comércio a partir da redução da tarifa do bem Y.

	País A	País B	Resto do Mundo
Livre Comércio	100 u.m.	84 u.m.	72 u.m.
Tarifa de 50%	100 u.m.	126 u.m.	108 u.m.
Tarifa de 25%	100 u.m.	105 u.m.	90 u.m.

Fonte: Carvalho e Silva (2007, p. 257)

Os autores consideram que o bem Y custe 100 unidades monetárias em A, 84 unidades monetárias em B e 72 unidades monetárias em RM. Conforme apresentado nas hipóteses, o país RM é o país mais eficiente em comercializar Y em razão de vendê-lo ao menor preço, enquanto o país A é o menos eficiente no comércio deste bem em razão de vendê-lo a um preço maior. Sendo assim, considerando o livre comércio, A importaria Y de RM que é o fornecedor do bem Y mais eficiente.

Considerando que a importação de Y está sendo considerada abusiva, e para proteger seus produtores nacionais, A impõe uma tarifa de importação de 50% sobre o valor Y, tornando o produto internacional mais caro que o produto nacional. Ao adotar uma tarifa não-discriminatória sobre Y, este bem custaria 126 unidades monetárias em B e 108 unidades monetárias em RM. Como A vende seu produto a 100 unidades monetárias, os consumidores de A preferirem consumir a produção de Y nacional do que a quantidade importada de RM, mesmo sendo o produtor menos eficiente do referido bem.

Todavia, ao estabelecerem entre si um União Aduaneira, as barreiras comerciais existentes entre A e B são removidas, sendo agora mais vantajoso importar o produto Y de B, cujo preço retorna a ser 84 unidades monetárias, tornando-se mais vantajoso importar o produto Y do que o produzir internamente.

A primeira consequência do estabelecimento dessa UA é a criação de comércio, pois há substituição de um produtor nacional pelo produtor intra-bloco mais eficiente em razão da desgravação tarifária.

A segunda consequência da formação da UA entre A e B pode ser explicada também por um segundo cenário hipotético apresentado pelos autores: supondo que a tarifa de importação passe a ser de 25% sobre o valor importado. Nesse caso, RM se torna o produtor

mais eficiente pois Y passa a ser comercializado por 90 unidades monetárias, enquanto que em B passa a ser comercializado por 105 unidades monetárias e A continua a comercializar o referido bem a 100 unidades monetárias.

Com a imposição de uma tarifa não-discriminatória os países, os consumidores de A deixariam de importariam o bem Y de RM, que é o produtor mais eficiente. No entanto, com a formação da União Aduaneira, a tarifa sobre a importação é eliminada e o preço do bem Y em B volta a custar 84 unidades monetárias, tornando-se mais conveniente importar Y deste B em detrimento de RM. Nesse caso, há desvio de comércio, pois as importações de custo inferior das nações não pertencentes as nações não-integrantes da UA são desviadas por importações de custo superior as nações-membros beneficiadas pelo tratamento preferencial da UA.

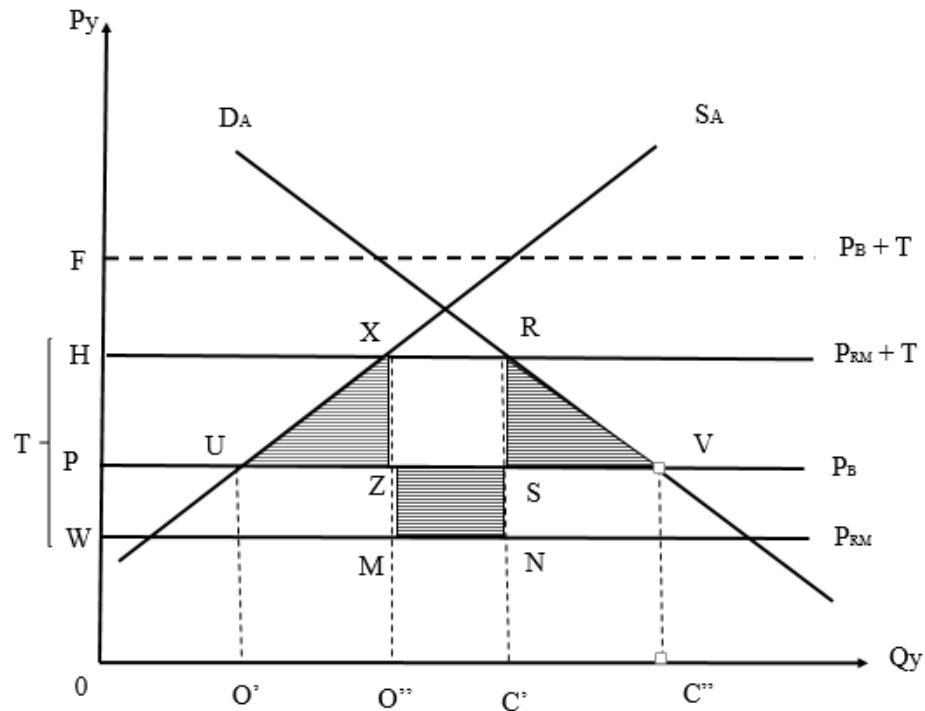
Além destes efeitos já mencionados, os autores apontam que apesar do preço de importação ser menor trazendo ganhos aos consumidores, o governo de A perde uma receita de equivalente a 18 unidades monetárias com a importação de Y, fazendo com que haja um déficit governamental no país A.

A Teoria de Criação e Desvio de Comércio também pode ser visualizada através das relações de oferta e demanda representadas pelas curvas DA e OA. Como a oferta interna do respectivo país é insuficiente para suprir a demanda, o mesmo terá que importar $O' - C''$ unidades de Y.

Os preços de produção do bem Y dos países RM e B são representados pelas curvas PRM e PB. A figura 01 mostra que como o país RM é o produtor mais eficiente do bem Y, os consumidores do país A irão importar Y de RM, todavia, o governo do país considera que a importação de Y está sendo abusiva, e, portanto, o governo do país A resolve impor uma tarifa não-discriminatória sobre as importações de Y.

Com a imposição desta tarifa, os preços de Y de PRM e PB passam a ser $PRM + T$ e $PB + T$. A formação da união aduaneira entre os países A e B, as tarifas sobre a importação de Y provenientes de B são eliminadas, enquanto das tarifas de RM são mantidas, o que faz com que o preço de B volte a ser o mesmo antes da desgravação tarifária. O produto Y oriundo do país B passa a custar menos que nos países A e RM, de maneira que o país B passa a ser a nova fonte fornecedora de Y.

Nesse cenário, há a redução da produção interna do bem Y em A de O'' para O' unidades, enquanto que os consumidores do país A aumentam o consumo do bem Y oriundo do país B de C' para C'' unidades, verificando-se a situação de criação de comércio.

Figura 1: Criação de Comércio

Fonte: Poerschke (2008, p.33)

Para Poerschke (2008), se o país A produzisse internamente o bem Y teria que arcar com o custo de produção de $XUO'O''$ unidades monetárias, mas como há importação de $UZO'O''$ unidades de Y oriundas do país A as áreas delimitadas pelos triângulos UXZ e RSV representam os ganhos líquidos obtidos com a redução da tarifa sobre a importação e sobre o excedente dos produtores resultando em uma queda no preço e gerando, portanto, um aumento no excedente do consumidor.

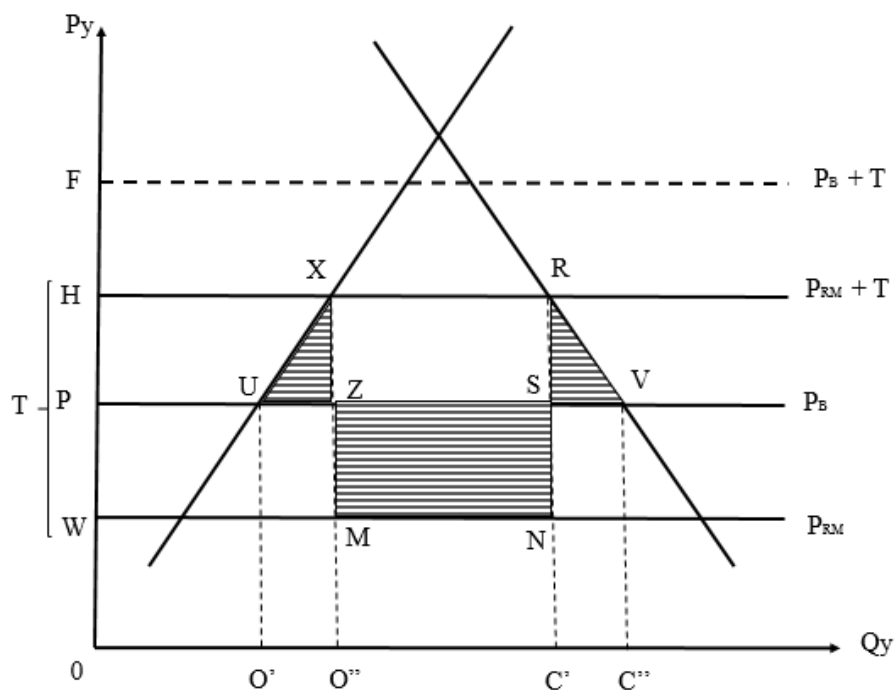
Por outro lado, com formação da União Aduaneira entre os países A e B, o país A estaria consumindo C' unidades do bem Y, mas para consumir C'' unidades do bem Y, os consumidores estariam dispostos a pagar $RC''C'S$ unidades monetárias na aquisição do bem Y e a área RSV representa um aumento no excedente do consumidor. Portanto, a área que representa a criação de comércio é formada pelos triângulos UXZ e RSV .

Antes da formação da União Aduaneira, quando A importada o bem Y de RM, o custo de importação era dividido em duas partes: a área do retângulo $MNC'O'$, que corresponde a receita paga a RM pela importação do bem Y e o retângulo $XRMN$ que corresponde a cobrança da tarifa sobre o bem Y importado de RM. Contudo, a área $XRC'O$ corresponde ao custo de

importação sobre Y. Todavia, com a formação da União Aduaneira entre os países A e B, as despesas na aquisição de Y passa a ser de $O'C'$ para $ZSC'O'$.

O pagamento ao exportador passa a corresponder à área $ZSMN$, que corresponde ao peso morto provocada pela substituição de um fornecedor menos custoso (o país RM) por um mais custoso (o país B). Para Poerschke (2008), essa área representa a ineficiência gerada pelo desvio de comércio.

Figura 2: Desvio de Comércio



Fonte: Poerschke (2008, p.34)

O efeito líquido da formação da união aduaneira pode ser visto pela soma das áreas dos triângulos UXZ e RVS e do retângulo $MNZS$. Na Figura 01, observa-se que as áreas dos triângulos UXZ e RVS somam uma área maior que área do retângulo $MNZS$. Nesse caso, a criação de comércio prevalece e o efeito total da formação da União Aduaneira é o aumento do bem-estar e eficiência.

Na Figura 02 mostra-se que, como o retângulo $MNZS$ é superior a formação das áreas dos triângulos UXZ e RVS , há desvio de comércio gerando pela ineficiência resultante da troca de um fornecedor mais eficiente por um menos eficiente e pela redução do bem-estar dos consumidores.

Em suma, os efeitos de criação e desvio de comércio também podem ser vistos a partir da tabela abaixo:

Quadro 1: Efeitos antes e depois da formação da União Aduaneira.

Efeito	Antes da formação da União Aduaneira	Depois da formação da União Aduaneira	Consequências
Criação de Comércio	$P_A < P_B (1+t) < P_{RM}$ Produção Interna	$P_B < P_A(1+t) < P_{RM}$ Importação de B	• Aumento no consumo; • Diminuição na produção;
Desvio de Comércio	$P_{RM} (1+t) < P_B(1+t) < P_A$ Importação de RM	$P_B < P_{RM}(1+t) < P_A$ Importação de B	• Aumento nas importações; • Redução na produção; • Aumento no consumo; • Redução na produção interna; • Redução na Receita Pública;

Fonte: Carvalho e Silva (2007)

Se o preço do produto nacional, antes da formação da União Aduaneira, formação menor, o do sócio e menor que o do resto do mundo com a tarifa, há criação de comércio. Mas se com a inclusão das tarifas, o preço das nações não-integrantes ao bloco se tornar mais elevado que o preço das nações pertencentes à União Aduaneira, mas inferior ao preço nacional, a remoção das tarifas desvia as importações oriundas dos países não pertencentes ao bloco para as importações dos países pertencentes à União Aduaneira, gerando desvio de comércio.

Tanto na criação como no desvio de comércio, os preços diminuem e as importações aumentam levando a crer que a criação de comércio é benéfica pois aumenta o bem-estar enquanto que o desvio de comércio é ruim pois reduz o bem-estar, sendo visto como maléfico.

Com isso, se a criação de comércio prevalecer, há aumento do bem-estar, mas se o desvio de comércio prevalecer, há redução no bem-estar.

No entanto, o desvio de comércio nem sempre leva a redução do bem-estar. Para Salvatore (2000), quanto mais elásticas ou quanto mais planas forem as curvas de oferta e demanda do país A e quanto mais próximas forem as curvas de PRM e PB é mais provável que o desvio de comércio acarrete em ganhos líquidos para o país.

Conforme apontado por Salvatore (2000), quanto maiores forem as barreiras comerciais entre os países membros antes do acordo, maiores serão as probabilidades de que a União Aduaneira possa criar comércio, do que haver desvio de comércio. Porém, quanto mais reduzidas forem as barreiras comerciais dos países em relação ao resto do mundo, haverá maior probabilidade de que a formação da União Aduaneira possa desviar comércio do que criá-lo.

Ao mesmo tempo, quanto maiores os países integrantes da União Aduaneira e quanto maior for o número de países integrantes, há a possibilidade de que os países de baixo custo se enquadrem na União. Ainda assim, quanto mais concorrentes lugar de complementares forem as economias antes do processo de formação da União Aduaneira, é mais provável que a criação de comércio prevaleça em detrimento do desvio de comércio.

Com isso, segundo Salvatore (2000), a formação da União Aduaneira permite que maior oportunidade de especialização entre as duas economias e de criação de comércio. Por fim, quanto maior for a relação comercial e econômica antes da formação da União Aduaneira, é mais provável que haja a criação de comércio do que o desvio de comércio propriamente dito e quanto mais próximas geograficamente, maior a possibilidade de que a formação da União Aduaneira possa promover um aumento do bem-estar através da criação em face das reduções no custo de transporte.

Apresentados os postulados teóricos da Teoria de criação e Desvio de Comércio, o próximo capítulo irá apresentar as evidências encontradas na literatura econômica sobre os efeitos da integração comercial entre países, principalmente entre Brasil e Paraguai, além dos efeitos da integração comercial através da formação dos acordos comerciais sobre a economia brasileira. Também será apresentada, de maneira breve, um breve histórico da economia paraguaia e a sua evolução nos dias atuais.

CAPÍTULO 2 - O MERCOSUL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO COMERCIAL PARA O PARAGUAI E O SEUS EFEITOS NO COMÉRCIO BRASILIO-PARAGUAIO

Como apontado anteriormente, a integração comercial entre países foi defendida a fim de permitir a liberdade comercial, apesar de restrita aos países pertencentes ao mesmo acordo comercial. Nesse sentido, a fim de verificar os efeitos sobre a formação dos acordos comerciais nas econômicas paraguaias e brasileiras, o presente capítulo fará uma breve revisão dos estudos existentes sobre a integração comercial entre os países envolvidos.

O processo de globalização da economia surge após o fim da Segunda Guerra Mundial, a partir do processo de hegemonia dos Estados Unidos, como catalisador das relações comerciais mundiais. Concomitantemente ao processo de globalização da economia, a regionalização está diretamente relacionada a formação dos acordos comerciais, os quais permitiram os conflitos internos entre os países fossem esquecidos a de estabelecer novas parcerias comerciais a fim de fortalecer as economias internas.

Seitenfus (1992) comenta, a década de 1980 ficou conhecida como o momento perdido da América Latina em razão do esgotamento do modelo de substituição por importações para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos. Com isso, a formação dos acordos comerciais era vista como a solução para promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos

Dito isto, o Mercosul foi formado através do esforço deliberativo entre Argentina e Brasil, a fim de promover o desenvolvimento econômico entre os países. Depois da Assinatura do Acordo de Assunção, as nações Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, se unem em um mesmo acordo comercial para promover o crescimento econômico de seus bens. Ainda em Seitenfus (1992), a formação do Mercosul é importante para o Paraguai pois o país enxerga a oportunidade de aproveitar-se da posição privilegiada a fim de obter ganhos comerciais para com os países membros, mas que ao mesmo tempo, trouxe a necessidade de que promover a modernização industrial necessária para que o país tenha uma maior competitividade frente ao mercado internacional.

As evidências apresentadas na pesquisa de David e Nonnenberg (1997) buscam analisar a evolução das exportações e importações intra-bloco dos produtos agrícolas no Mercosul. Para isso, os autores coletaram dados sobre importação e exportação dos anos de 1990 a 1994, a

partir de dados fornecidos pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), Receita Federal e Chelem¹. A partir da análise dos indicadores de Vantagem Comparativa, Taxa de Cobertura e o Indicador de Assimetria, percebe-se que a criação do Mercosul afetou desempenho dos produtos agrícolas de maneira restrita.

Para os autores mencionados acima (1997), o fluxo de comércio intra-bloco pode ser justificado pela abertura econômica iniciada na década de 1988, aumento do financiamento sobre as exportações e a valorização cambial brasileira. Em relação ao Paraguai, observa-se que mesmo sendo um país pequeno, mas o país possui vantagem comparativa no comércio de carne bovina, soja e algodão e assim como a Argentina, o país tem concentrado a sua produção em bens cuja demanda mundial é crescente, de maneira a reduzir a vantagem comparativa em setores que são especializados em produzir.

Diferindo com os resultados apresentados encontrados anteriormente, ao analisar os efeitos da integração regional sobre o comércio brasileiro de aves, Costa (1999) percebe-se que Paraguai e Argentina são os principais destinos das exportações brasileiras de aves. Para tal, o autor utilizou o Índice de Intensidade de Comércio, Índice de Orientação Regional e o Índice de Vantagem Comparativa Reveladas. A partir da coleta de dados referentes ao comércio internacional na base de dados FAOSTAT² e Secex (Secretaria de Comércio Externo do Brasil) durante os anos de 1985 a 1997, os resultados encontrados pelo autor mostram que a formação do Mercosul é benéfica para o comércio de frangos brasileiros pois resulta em criação de comércio. No entanto, ao analisar o comércio de carne de frango entre Brasil e Paraguai, constata-se que a importação de frangos brasileiros destinados para o Paraguai é relativamente pequena se comparada aos demais países, mas que essa corrente comercial tende a ser mais intensa nos próximos anos.

Conclusões semelhantes são feitas por Gouveia (2003), que ao utilizar o método proposto por Balassa (1967), a partir da determinação da elasticidade-renda da demanda de importações no comércio intra-área e extra-área do Mercosul, durante os anos de 1991 a 1994. O resultado encontrado pelo autor mostra que há efeito de desvio de comércio entre os países

¹ Base de dados da CEPPI (Centro de Estudos Prospectivos e Informação Internacional), sendo constituída por três sub-bases de dados que permitem “analisar as posições relativas dos países individuais e sua interdependência dentro da economia global”. (CHELEM, 2018, tradução livre)

² Base de dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. A base fornece dados sobre alimentos e agricultura para mais de 245 países e territórios desde 1961. (FAO, 2018)

não integrantes do Mercosul, em razão da discriminação aduaneira contra essas importações oriundas de outros países.

Diferente dos restados encontrados em Costa (1999), Azevedo (2004) mostra que a formação do Mercosul não afetou o comércio intra-bloco. Para chegar a tal conclusão, o autor utilizou um modelo gravitacional correspondendo as importações coletadas na UN-Comtrade³ para os anos de 1997 a 1998. As evidências mostram as tarifas não discriminatórias foram responsáveis por elevar as importações e exportações dentro do Mercosul.

No entanto, segundo Visentini (2005), apesar do estreitamento das relações comerciais para com o Mercosul, a política adotada no governo de Fernando Henrique Cardoso, na época, estava voltada para com a aproximação para com outros países a fim de buscar um maior relacionamento comercial multipolar a fim de driblar a concorrência e hegemonia norte-americana.

Por seguinte, Medeiros (2008) busca analisar os efeitos da criação do Mercosul sobre a economia brasileira. Os resultados encontrados pelo autor mostram que os mecanismos estruturais e característicos prevaletentes limitaram a possibilidade de integração econômica maior entre os países do bloco, diferentemente do que aconteceu com os países asiáticos. A conclusão feita por este autor é de que a expansão de mercado e da economia brasileira permite a diversificação das exportações para países menores, tornando a corrente comercial do bloco mais sustentável.

Ainda assim, Poerschke (2008), ao analisar o comércio intra-bloco do arroz em casca, constatou que a Argentina foi o país que mais se beneficiou da formação do bloco econômico. Ao analisar dos dados mensais de 1991 a 2007, o autor percebeu que a partir da abordagem da estimação de um modelo gravitacional parcial notou-se que houve criação de comércio, em razão da desgravação tarifária permitir que as importações de arroz oriundas da Argentina e Uruguai aumentassem. Porém ao analisar a criação e desvio de comércio para as exportações de arroz para o Paraguai, observou-se que o país não obteve ganhos com o comércio em função do país não ser um produtor natural de arroz.

³ “UN COMTRADE é o pseudônimo do banco de dados de estatísticas do comércio internacional das Nações Unidas. Mais de 170 países / áreas repórter fornecem a Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD) com seus dados anuais de estatísticas de comércio internacional detalhados por commodities / categorias de serviços e países parceiros. Esses dados são posteriormente transformados no formato padrão da Divisão de Estatística das Nações Unidas com codificação e avaliação consistentes usando o sistema de processamento” (Fonte: UN Trade Statics, 2018, tradução livre).

O desenvolvimento econômico do México só foi possível a partir da adoção do Regime de Maquila nos anos 1980 em resposta ao fim do regime de trabalho norte-americano conhecido como os *braceros*⁴. As evidências apontadas por Mustafá (2009) mostram que para gerar emprego e renda na região de fronteira e agrupar a maior massa de trabalhadores e formentar a exportação de produtos de setores do qual o país fez um esforço deliberativo para durante o período do programa de substituição de importações. Nesse sentido, as empresas norte-americanas viam-se atraídas por esse tipo de regime em resposta a esses incentivos fiscais oferecido pelo governo, salários baixos e mão de obra abundante.

Os resultados encontrados pelo autor mostram que esse tipo de indústria foi responsável por permitir o crescimento econômico do país e maior nível de investimento externo direto, aumentado as exportações dos produtos dos setores de têxtil e confecções, autopeças e eletrônicos, e posteriormente o setor de produtos automobilísticos. As retrições advindas para com a formação do *North American Free Trade Agreement-NAFTA* (em português, Tratado Norte Americano de Livre Comércio) trouxe benefícios para a economia mexicana através do aumento do nível de investimento direto externo, melhor desempenho no comércio internacional entre Estados Unidos e México, bem como maior nível de crescimento econômico para este país (Banco Mundial apud Mustafá, 2009).

Também cabe ressaltar que pelo fato de não haver compromisso para com a região a qual está subsidiada ou haver qualquer situação adversa do mercado, a empresa maquiladora pode migrar para outros países em busca de melhor competitividade a fim de obter melhores custos. Sobre isso, Mustafá (2009) ressalta que esse fenômeno ocorreu a partir da ascensão da China, na entrada do século XXI, em que as empresas norte-americanas localizadas no México maquiladoras migraram para a China resultando no enfraquecimento da indústria maquiladora mexicana e tornando esta economia mais dependente da economia norte-americana e das oscilações do mercado.

Ao analisar os efeitos da integração comercial brasileira no Mercosul, Tavares e Rodrigues (2012), analisam a participação brasileira no Mercosul através da estimação dos ganhos estáticos da criação e desvio de comércio observada no Brasil. Para tal, os autores utilizaram dados de importações e exportações brasileiras intra-Mercosul coletadas durante os

⁴ Os *braceros* eram trabalhadores que detinham visto temporário para trabalhar nos Estados Unidos e com o fim desse programa pelo governo norte-americano, o nível de desemprego na divisa entre Estados Unidos e México registrou-se o aumento de 200 milhões de desempregados na fronteira. (MUSTAFÁ, 2009, p. 97).

anos de 1993 a 2012, na base de dados Alice Web Mercosul. Os resultados encontrados mostram que o estabelecimento de uma união aduaneira beneficiou o comércio brasileiro intra-bloco, pois gera renda e riqueza para a nação.

Os resultados apontados por La Cueva (2012), mostram que a retomada da parceria comercial se dá em função do aumento de investimento externo direto, partir da migração das empresas brasileiras que se veem atraídas pelas vantagens oferecidas pelo país que possui um custo competitivo muito menor de produção se comparando a Brasil. Aliado as desgravações tarifárias do Mercosul, a Regulamentação do Regime de Maquila permite que 1% do imposto sobre o valor agregado, podendo usufruir das oportunidades de produzir no país. Tais fatores tem motivado as empresas nacionais brasileiras a migrarem para o Paraguai em decorrência da redução dos custos, sobretudo pela mão de obra e pela carga tributária simplificada.

Concordando com os resultados apresentados anteriormente, as evidências apresentadas por Neto e Paula (2012), o fortalecimento das relações comerciais nesse período deu-se em função da política brasileira como indutora do desenvolvimento econômico da região, o aumento de investimentos externos diretos no país a través da identificação das oportunidades oferecidas pelo país e a convergência de interesses internos, que elegeram a integração comercial como pontos em comum para a sua política externa.

Para Mongeloz (2013), os empresários brasileiros são atraídos em decorrência dessa redução do custo produção, comparativamente inferiores que no Brasil. Corroborando com os resultados apresentados por La Cueva (2012), as empresas brasileiras instaladas no Paraguai caracterizam-se por serem empresas de pequeno e médio porte, que investem cerca de 1 a 12 milhões de dólares no país atraídos pelas vantagens competitivas.

Os resultados encontrados pelo autor revelam que após a implantação desse regime, as exportações paraguaias de produtos não-agrícolas passaram de 403 milhões de dólares em 2000 para 2.470 milhões de dólares em 2011. O autor relata que o empresariado brasileiro não deseja deslocar os empregos brasileiros para o Paraguai, mas sim, aproveitar as oportunidades relacionadas aos incentivos fiscais oferecidos pelo país já que a alta tributação, burocracia e encargos salariais permitem fazer com que as empresas brasileiras instalem filiais nesse país.

Essa atração de investimento externo direto, citado em Teixeira (2013), a formação do Mercosul em 1991 foi importante para o país, pois foi experimentado um aumento do comércio externo para os países membro do bloco econômico, em especial ao Brasil. O autor ainda cita que a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) em 1995 permitiu que a triangulação comercial

do país fosse parcialmente reduzida. Ainda assim, o autor cita que além do Mercosul, a inserção comercial do país também está relacionada com a adoção de políticas neoliberais voltadas para a atração de investimento externo direto que são fomentados por três instrumentos legais.

O primeiro deles é a Lei de Promoção de Investimentos (Lei nº 60/90), que isenta as empresas de pagarem impostos aduaneiros pela importação de bens de capital, insumos matérias-primas importados, além de isentar em 95% do Imposto de Renda sobre as vendas realizadas em um período de cinco a dez anos. O segundo instrumento é o Regime de Zonas Francas estabelecido pela lei 523/95, que delimita algumas regiões geográficas específicas para o regime tributário especial isentas de quaisquer tipos de imposto, com exceção do imposto Zona Franca que corresponde a 0,5% do faturamento. Por fim, o terceiro instrumento de promoção de investimentos externos diretos é o Regime de Maquila estabelecido pela lei 1.064/97, mas regulamentado pelo decreto de 9.585/00 que estabelece vantagens tributárias especiais para empresas locais que sejam subcontratadas por empresas estrangeiras com a isenção nas importações de matéria-prima e imposto de 1% sobre o valor agregado nacional.

Por fim, ainda sobre a criação e desvio de comércio no Mercosul, Silva e Hidalgo (2015), analisam as relações comerciais estabelecidas entre a Venezuela e o Brasil, partir da entrada do país no Mercosul em 2012. O uso de um modelo de equilíbrio parcial, com base de dados UN-Comtrade SITC Rev.3⁵, análise dos setores 00 a 99⁶, durante o período de 1995 a 2011. Os resultados encontrados pelos autores mostram que a entrada da Venezuela no bloco aumentaria as exportações brasileiras para a Venezuela, decorrente da criação de comércio.

Segundo César (2016), a economia paraguaia baseava-se em três atividades fundamentais: a produção de commodities agrícolas, comércio de reexportação e venda de energia elétrica cujas bases foram lançadas pelo presidente Alfredo Stroessner. Porém, as reformas fiscais, tributárias e administrativas realizadas no país do presidente Nicanor Duarte em 2003, que permitiam maior atração de investimento externo direto, que estavam voltadas para três linhas de atuação: criação da *Red de Inversiones y Exportaciones* - Rediex (Rede de Investimentos e Exportações, em português), a diversificação das exportações e a participação

⁵ A SITC Rev. 3 (Revisão de Classificação Padrão de Comércio Internacional 3, tradução livre) é uma classificação utilizada pela Organização das Nações Unidas que agrupa todas as commodities em títulos adequados para análises econômicas relacionadas as estatísticas de comércio externo, como a finalidade de comparar as estatísticas comerciais internacionais (UN STATS, 2018).

⁶ UNSTATS. Detailed structure and explanatory notes (em português, Estrutura de detalhada e notas explicativas- tradução livre). Disponível em <<https://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=14&Top=2&Lg=2>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

do Paraguai como pequena economia no Mercosul, o que permitia ao país continuar gozando de uma ampla lista de exceções da TEC, reduzindo os custos nas importações de bens de capital.

Concordando com tais resultados, dadas as implicações resultantes do modelo mexicano, que apesar de promover um pequeno desenvolvimento ao país, a implementação da empresa maquiladora foi danosa a indústria local. Dessa forma, Baumgratz (2016) afirma que a implementação dessa indústria no Paraguai pode ter efeito positivo, haja vista que pode ser a saída para a industrialização do país, mas que pode ter um lado negativo, haja vista que apenas a elite da corporação obtém êxito com esse modelo industrial.

Atualmente, o Brasil é o segundo maior investidor direto no Paraguai, ficando apenas atrás do Estados Unidos, as empresas brasileiras migram para o país em busca do sistema tributário mais simplificado e a mão de obra mais barata, além da estabilidade econômica registrada no país nos últimos anos. Segundo Turco (2016), as empresas brasileiras utilizam dos incentivos e vantagens oferecidos pelo país não só para comprar produção, mas para comercializar dentro do país, como também para exportar para mercados terceiros, como Estados Unidos e Europa. A autora cita que 80% empresas maquiladoras instaladas no País possuem capital brasileiro, cujos setores como maior representatividade são calçados, têxteis, frigoríficos, cimentos e plástico e se instalam no país a fim de obter menores custos de produção com as reduções tarifárias do Mercosul.

Nesse sentido, o Paraguai apesar de ser uma das menores economias da América Latina e Mercosul, tem se destaca do cenário internacional apresentado, portanto uma trajetória diferente das economias do Brasil quanto da Argentina, seus maiores parceiros comerciais. De acordo com Faruque e David (2017), os fatores relacionados a implementação de um regime de Metas de Inflação surge em 2011 e da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2015, além da adoção de um regime tributário mais eficiente com baixas alíquotas, tendo maior influência sobre os impostos diretos como o imposto sobre o valor agregado e sobre a pessoa física que geram baixos rendimentos, alcançando melhor desempenho que o Brasil e dos países do Mercosul.

No entanto, conforme apontado por Dominguesck (2017), cita que além dos fatores já mencionados, outro fator de grande importância para o restabelecimento das relações comerciais para com deve-se também em função do fato do país ser o único país latino americano a deter

o selo do Sistema Geral de Preferências⁷ (SGP) concedido pela União Europeia, o que permite que os produtos fabricados do país possam ser exportados para os países da União Europeia sem serem tarifados.

Por esse motivo, Maciel (2017), comenta que esse tipo de promoção a industrialização do país pode ser danoso ao país, no sentido que ao cessar os benefícios concedidos pelo governo ou ocorrerem situações adversas de mercado, as empresas podem migrar para outros locais que ofereçam regimes mais vantajosos. Mesmo assim, esse regime tem sido importante para o país, uma vez que tem sido responsável pela geração de emprego e renda. O autor aponta que a mudança da realidade econômica não só do Paraguai, mas de todos os países da América Latina só foi possível com a abertura das economias para a entrada do capital do estrangeiro para a mudança da infraestrutura interna, propiciada apenas com a formação de Mercosul.

As evidências apontadas por Maciel (2017), destoam com os resultados encontrados por Mustafá (2009), uma vez que o modelo paraguaio se diferencia do modelo mexicano da maquila porque não impõem a obrigatoriedade para que as exportações sejam destinadas a um determinado país. Por fim, o autor conclui que a implementação desse regime age em compasso para com o Mercosul permitindo que o país atraia novos investimentos externos os quais permitem que mude a sua realidade econômica e social, apontando-o como forma de integração do país dentro do próprio Mercosul, como também para com outros países do mundo.

Conforme apontado por Castelli (2017), apesar dos Estados nas nacionais funcionarem como agentes limitadores a integração comercial do país, permitindo que as empresas multinacionais operam como intercâmbio entre termos culturais e econômicos. Para a autora, o regime de maquila adotado pelo Paraguai permite que o país possa inserir-se de maneira mais competitiva no cenário internacional, através de maior entrada de investimentos estrangeiros no país, além promover a melhoria de infraestrutura interna do país e promover a maior qualificação de mão-de-obra.

No entanto, diferente com esses resultados mencionados, Cavalcanti (2018) afirma que a implementação dos Lei da Maquila Paraguaia pode sim impactar no nível de emprego e gerar menores níveis de arrecadação do governo brasileiro, mesmo que o empresário importe

⁷ O Sistema Geral de Preferências (SGP) é um selo concedido pela União Europeia aos países menos avançados, em desenvolvimento ou os países industrializados. O Paraguai é o único país do Mercosul a possuir o selo, permitindo que mais de 9.700 produtos sejam comercializados isentos de tarifas (Dominguesck, 2017). Em 2014, o Brasil perdeu o selo por ter se tornado uma economia emergente

produtos a um custo comparativamente melhor que no Brasil, ainda assim, o preço aumentaria em decorrência da alta tributação que o Brasil possui.

Os resultados mostrados por Tietz e Beserra (2018) apontam que a adoção do Regime de Maquila no país a partir dos anos 2000, foi de grande importância para que o Paraguai deixasse de ser visto como um país fornecedor de bens inferiores o que tem feito o país se destacar frente a outros aos demais países do Mercosul. Concordando com os resultados encontrados por Mongeloz (2013), os autores mostram que a altas taxas de tributos e a lenta burocracia brasileira são fatores que também influenciam o aumento do investimento estrangeiro dentro do país. Os autores sugerem que haja uma reformulação da política tributária brasileira em vista, mas que ao mesmo tempo, o Estado brasileiro não deveria deixar as empresas totalmente livres o que poderia desencadear em conflitos internos.

Na presente seção identificou-se que apesar das reduções tarifárias do Mercosul permitirem a expansão significativa das relações comerciais do Paraguai, observou-se que existem outros fatores que fortalecem a relação comercial para com o Brasil, mas não existem evidências concretas que meçam o impacto do incremento das exportações paraguaias destinadas ao Brasil. Para apresentar esse impacto das desgravações tarifárias sobre o comércio Brasil-paraguai, a próxima seção irá apresentar a metodologia utilizada para realização da presente pesquisa.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme apresentado no primeiro capítulo, a integração regional é definida como as várias formas de discriminação realizadas entre países. No caso dos países latino-americanos, a visão dominante é que a integração regional era a solução para as assimetrias econômicas do mundo, mas que por outro lado, as teorias não liberais afirmavam que a integração econômica poderia ser formada por um conjunto de políticas ativas de desenvolvimento acordadas entre membros poderia produzir melhores efeitos do que apenas uma simples liberalização comercial.

A presente seção busca apresentar as estratégias utilizadas para a realização da pesquisa. O presente estudo caracteriza-se por ser descritiva exploratória, no intuito de descrever um determinado fenômeno a fim, a partir da análise de dados em busca de uma interpretação para um fenômeno ainda pouco problematizado.

Conforme apontado por Miranda e Motta apud Fonseca e Sousa (2007), os efeitos das integrações comerciais entre países pode ser mensurada por três abordagens: a abordagem econométrica ou empírica, a abordagem de equilíbrio geral e a abordagem de equilíbrio parcial.

O uso de modelos econométricos é comumente utilizado para mensurar os efeitos dos impactos das barreiras não tarifárias, mas requer o uso de medidas de equivalência tarifária e várias informações sobre a *commodity* a ser analisada (Fonseca e Sousa, 2007).

A abordagem de equilíbrio geral permite que sejam feitas análises em vários setores das mudanças estruturais da economia induzidas pela alteração da política comercial em vários setores simultaneamente.

Por fim, conforme apontado por Fonseca e Sousa (2007), as análises de equilíbrio parcial escolhem o setor a ser analisado, examinando os efeitos da variação exógena sobre o preço relativo no equilíbrio no setor, considerando a hipótese de que a alocação dos recursos na economia permaneça.

No entanto, apesar da abordagem de equilíbrio parcial ser muito utilizada em função da sua riqueza de detalhes, mas ignora os efeitos substitutivos entre os setores, como também não incorpora o impacto da alteração da estrutura produtiva em um setor sobre a demanda de fatores de produção escassos e o efeito das decisões de produção sobre o setor em questão.

Dito isto, uma das abordagens mais conhecidas de equilíbrio parcial é a abordagem das elasticidades propostas por Leard e Yates (1986), a ser apresentada a seguir.

3.1 Indicador de Criação e Desvio de Comércio

Para mensurar os efeitos da integração comercial entre Brasil e Paraguai, foram adotados os índices de criação e desvio de comércio propostos por Leard e Yates (1986), cuja abordagem baseia-se em uma análise de equilíbrio parcial⁸. Para Kume et al (2004), o modelo assume que os produtos são diferenciados por um país fornecedor e com base nas equações de oferta e demanda derivadas das expressões algébricas para estimar os efeitos da integração comercial entre países.

No primeiro efeito, corresponde a criação de comércio referente ao aumento das importações de seu parceiro comercial substituída pela redução da produção interna. A equação básica para estimar os efeitos de criação de comércio é definida por:

$$CC_i = M_{iBP} \cdot \varepsilon_{miB} \cdot \frac{dt_{iBP}/(1 + t_{iBP})}{(1 + \frac{\varepsilon_{mBi}}{\varepsilon_{xiB}})} \quad (01)$$

Em que:

CCi= Criação de Comércio do setor i;

MiBP= Importação brasileira do produto i oriundo do Paraguai;

ε_{miB} = Elasticidade de importação do bem i no Brasil;

t_i = Tarifa de importação cobrada no Brasil pela compra do produto i vendido no Paraguai;

ε_{xiB} = Elasticidade de exportação do produto i no Brasil;

Segundo Fonseca e Hidalgo (2004), considera-se a hipótese de que a elasticidade das exportações é elástica quando a exportações para os países parceiros não tenham muita participação na produção interna.

Sobre isso, pôde-se adotar a referida hipótese na presente pesquisa já que durante todo o período analisado, ou seja, durante 1996 a 2016, as exportações do Brasil destinadas ao Mercosul corresponderam, em média a 12,87%, enquanto a participação nas exportações brasileiras destinadas para o Paraguai corresponde, em média, a 0,065% do PIB. Dito isto,

⁸ A derivação das equações de criação e desvio de comércio propostas por Leard e Yeats (1986) a partir de um do modelo de equilíbrio parcial pode ser verificada em Fonseca e Silva (2004).

considerando que a elasticidade das exportações é elástica, pode-se escrever a equação de criação de comércio como:

$$CC_i = M_{iBP} \cdot \varepsilon_{m_{iB}} \cdot \frac{dt_{iBP}}{(1 + t_{iBP})} \quad (02)$$

Para Kume et al (2004), a equação de criação e desvio de comércio pode ser explicada a seguinte forma: a redução da tarifa de importação provoca uma redução no preço ($dt_{iBP}/(1+t_{iBP})$) que multiplicada pelas elasticidade de importação ($\varepsilon_{m_{iB}}$) fornece as variação das importações dos Brasil oriundas do Paraguai.

O segundo efeito decorrente da integração comercial entre países é conhecido como desvio de comércio, que mede a variação das importações decorrente da substituição dos fornecedores extrabloco pelas importações dos fornecedores intra-bloco, que pode ser explicada pela seguinte equação:

$$DC_i = \frac{M_{BP} \cdot M_{BRM} \cdot \varepsilon_i \cdot \frac{\Delta P_{Pi}}{P_{RM_i}}}{M_{BP} + M_{RM} + M_{BP} \cdot \varepsilon_i \cdot \frac{\Delta P_{Pi}}{P_{RM_i}}} \quad (03)$$

Em que:

DCi = Desvio de Comércio

MBP = Importações do Brasil oriundas do Paraguai;

MCB = Importações do Brasil oriundas do Resto do Mundo;

ε_i = Elasticidade de substituição do produto i ;

Pi= Preço das importações do produto i oriundo do Paraguai;

PRM = Preço das importações do produto i oriundas do Resto do Mundo;

Para Fonseca e Hidalgo (2004), uma das grandes dificuldades para mensurar o desvio de comércio requer o conhecimento dos preços relativos para cada produto comprado pelo Brasil e das exportações originárias do parceiro comercial, ou seja, o Paraguai.

Com isso, Poerschke (2008) argumenta que a formação de uma União Aduaneira reduz a tarifa para zero, e dessa forma o preço das importações de países terceiros aumentará proporcionalmente a redução da tarifa de importação do país pertencente ao acordo comercial.

A mudança dos preços relativos é especificada em termos de incidência tarifária da fonte intra e extrabloco, determinada por:

$$\frac{dpr_{P_i}}{p_{C_i}} = \left[\frac{1 + t_{i_P}}{1 + t_{i_A}} - 1 \right] \quad (04)$$

A partir de então a equação de desvio de comercio pode ser escrita por:

$$DC_i = \frac{M_{BP} \cdot M_{RM} \cdot \varepsilon_{S_i} \cdot \frac{dpr_{P_i}}{p_{RM}}}{M_{BP} + M_{RM} + M_{BP} \cdot \varepsilon_{S_i} \cdot \frac{dpr_{P_i}}{p_{RM}}} \quad (05)$$

Essa equação de desvio de comércio depende das importações totais do país membro do acordo comercial (Paraguai), das importações totais dos países não pertencente ao bloco (Resto do Mundo), da elasticidade de substituição e do nível tarifário antes e depois a formação do acordo comercial.

Conforme apontado por Kume et al (2004), apesar ser uma equação mais complexa que a equação de criação de comércio, a interpretação da equação de desvio é bastante simples: a redução da tarifa exclusiva aos parceiros comerciais entre países de um mesmo acordo comercial altera o preço relativo em relação as importações do Brasil oriundas do Paraguai relação ao preços de importação da Resto do Mundo ($\frac{dpr_{P_i}}{p_{RM_i}}$), que multiplicada pela elasticidade de substituição (ε_{S_i}), dividida pela soma das importações do Brasil oriundas do Paraguai (MiBP) dos Resto do Mundo (MiRM), provoca uma variação nas importações dos Brasil oriundas do Paraguai.

Por fim, o efeito líquido da liberação comercial das importações pode ser medido por:

$$\Delta m = CC_i + DC_i \quad (06)$$

Em que:

Δm = Efeito líquido;

CC_i = Criação de Comércio

DC_i = Desvio de Comércio

Apresentada a estratégia metodológica na realização da pesquisa, a próxima seção irá apresentar as fontes utilizadas para a realização da pesquisa.

3.2 Base de Dados

Mediante a leitura anterior, percebe-se que a abordagem do Cálculo de Criação e Desvio de Comércio proposta por Leard e Yeats (1986) é amplamente utilizada na literatura econômica por duas razões principais: a robustez do modelo e o uso de um volume relativamente pequeno de informações relacionadas ao fluxo de importações, tarifas, elasticidades de importação e elasticidades de substituição (HIDALGO; SILVA, 2016). Dito isto, a presente seção irá apresentar as bases de dados consultadas para a realização da pesquisa.

Para o cálculo do indicador de criação e de desvio de comércio foram coletadas informações mensais e transformadas para anuais sobre as importações do Brasil oriundas do Resto do Mundo (excluindo as importações do Paraguai) e do Paraguai no banco de dados Alice Web e Comexstat correspondente aos setores de frigoríficos, plásticos, cimentos, têxteis, calçados e autopeças, que são os setores de maior capital estrangeiro brasileiro, em que se constata na literatura para esses setores se tornar mais viável para estas as empresas destes respectivos setores produzir no Paraguai e importar para o Brasil do período de 1997 a 2016.

Os dados disponíveis no banco de dados são classificados de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) que tem por base o Sistema Harmonizado de Designação ou Codificação de Mercadorias, ou apenas o Sistema Harmonizado (SH), padronizados a dez dígitos e depois a dois dígitos, totalizando 22 seções e 89 capítulos.

No entanto, como a presente pesquisa só se limita a análise de seis setores, então foram coletadas apenas os dados dos seguintes capítulos: 02 (Carnes, miudezas e comestíveis), 25 (Sal, enxofre, cal e cimento), 39 (Plásticos e suas obras), 64 (Calçados, polainas, etc. e suas partes), 87 (Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios).

Em relação ao setor de têxteis, foram utilizados os dados da seção XI, correspondente aos capítulos 50 a 63, em virtude os produtos fabricados no setor de têxtil serem produtos homogêneos. A escolha para esses setores deveu-se pelo fato de corresponderem aos setores de análise na pesquisa.

A tabela a seguir apresenta a compatibilização dos setores em estudo de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul:

Quadro 2: Compatibilização dos setores em estudo com a Nomenclatura Comum do Mercosul/ Nomenclatura Brasileira de Mercadorias

Setores Analisados	Capítulos	CAPÍTULOS NBM/NCM
Frigoríficos	2	Carnes e Miudezas comestíveis
Cimentos	25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento
Plásticos	39	Plásticos e suas obras
Têxteis	50-63	Matérias têxteis e suas obras
Calçados	64	Calçados, polainas, etc. e suas partes
Autopeças	87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios

Fonte: Elaboração Própria.

O cálculo de criação e desvio de comércio necessita, além das informações das importações, dos dados relacionados a elasticidade de importação e a elasticidade de substituição e das tarifas. Conforme Poerschke (2008), a estimação das elasticidades de importação pode ser obtida através de instrumentos de econometria usuais, utilizando-se de uma função de importação marshallina (importações em função de renda interna, preço doméstico e preço internacional). Nesse tocante, a fim de evitar o problema de viés na instabilidade para estimação da elasticidade de importação citada em Cavalcanti e Castro apud Poerschke (2008), utilizou-se como *proxy* para a estimação das elasticidades de importação para o Brasil as elasticidades de importação calculadas por Cline (1978) e Hoekman e Olarreaga (2002), apresentadas no trabalho de Hidalgo e Silva (2016).

Na justificativa para o uso dessa *proxy* deveu-se a função dos valores calculados por esses autores serem elevados e semelhantes a realidade brasileira. Esse procedimento foi amplamente utilizado na literatura, e encontrado em Carvalho e Parente (1999), Fonseca e Soares (2005), Fonseca et al (2007) e Silva (2016). A tabela a seguir apresenta as elasticidades encontradas pelos autores.

Tabela 2: Elasticidades de Importação

Setor de Análise	Capítulo SH	Descrição	Elasticidades de Importação	
			Cline (1978)	Hoekman e Olarreaga (2002)
Frigoríficos	01 a 05	Animais vivos e produtos do reino animal	-0,53	-0,85
Cimentos	25 a 27	Produtos minerais	-0,22	-0,85
Plásticos	39 a 40	Plásticos, borracha e suas obras	-3,57	-1,6

<i>(continua em)</i>				
	50 a 63	Matérias têxteis e suas obras	-2,43	-2,5
Têxteis				
Calçados	67 a 67	Calçados, chapéus, etc.	-1,23	-1,5
Autopeças	86 a 87	Material de transporte	-2,53	-3,00

Fonte: Cline (1078) e Oeckman e Olarreaga (2002).

Para verificar qual a melhor elasticidade, foram calculados o indicador de criação de comércio utilizando as duas elasticidades utilizando dados deflacionados e não-deflacionados e posteriormente comparados com a literatura econômica. A elasticidade escolhida foi aquela cujo indicador de criação de comércio foi o que mais se aproximou do resultado de criação apresentado na literatura econômica existente.

Conforme citado por Hidalgo e Silva (2015), uma dificuldade encontrada para o cálculo de desvio de comércio reside na determinação da elasticidade de substituição. Seguindo a metodologia proposta por Fonseca e Soares (2005), Fonseca et al (2007), Poerschke (2008) e Silva (2016), adotou-se como *proxy* para a elasticidade de substituição as elasticidades apresentadas por Tourinho et al (2003), Kume e Piani (2007) e Kume e Piani (2012), calculadas com base nos dados da matriz insumo-produto fornecida pelo IBGE, e apresentadas na tabela 03.

Tabela 3: Elasticidades de Substituição

Setor de Análise	Descrição	Elasticidade de Substituição		
		Tourinho et al. (2003)	Kume e Piani (2007)	Kume e Piani (2012)
Frigoríficos	Abate e Preparação de Carnes	3,8	2,03	3
Cimentos	Minerais não-metálicos	1,24	0,75	3,8
Plásticos	Material Plástico	1,22	1,75	4,8
Texteis	Artigos do vestuários e acessórios	2,2	3,36	4,6
Calçados	Calçados, artigos de couro e peles	0,15	0,18	5
Autopeças	Outros veículos, peças e acessórios	0,19	0,41	5,8

Fonte: Tourinho et al (2003), Kume e Piani (2007), Kume e Piani (2012).

Assim, como apresentada no cálculo de criação de comércio, a escolha para a melhor elasticidade de substituição foi aquela cujo cálculo de desvio de comércio mais se aproximou com as evidências apresentadas na literatura. É importante ressaltar que este cálculo levou em

consideração os valores das importações brasileiras oriundas do Paraguai e do Resto do Mundo deflacionadas e não deflacionadas.

Por fim, em relação as tarifas de importação foram coletadas na base de dados World Integrate Trade Solution (Witts) do Banco Mundial, dados estes das tarifas anuais para os setores de Animais, minerais, plásticos ou borracha, Têxteis, Calçados e Transportes para os setores de em análise no estudo para os anos de 1997 a 2016.

Seguindo a metodologia da base de dados, as tarifas da nação mais favorecida (MFN) são aquelas tarifas de importação que as nações prometem impor as nações pertencentes ao OMC, a não ser que as suas a nações façam parte de um mesmo acordo comercial, nesse caso, são aplicadas as tarifas efetivamente aplicadas (AHS). A escolha da melhor tarifa de importação foi aquela cujo resultado do cálculo de criação e desvio de comércio se mostrou mais condizente com a realidade. Em síntese, o quadro a seguir apresenta as variáveis utilizadas a realização da pesquisa, a descrição das mesmas e fontes consultadas para obtenção das mesmas.

Quadro 3: Descrição das Variáveis Utilizadas

Variável	Descrição	Fonte
Importações	Importações brasileiras anuais provenientes do Paraguai e do Mundo	Alice Web
Produto Interno Bruto Brasileiro	Soma de todos os bens e serviços produzidos no Brasil	IPEA data
Produto Interno Bruto dos Países do Mercosul	Soma de todos os produtos internos dos países do Mercosul	FMI
Tarifas de Importação	Imposto pago sobre as importações de um determinado país	Wits

Fonte: Elaboração Própria.

Dito isto, apresentadas a variável utilizada na pesquisa a próxima seção irá apresentar os resultados encontrados dos cálculos de criação e desvio de comércio.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como visto anteriormente, a integração comercial entre países permite que a economias dos pequenos países pertencentes ao acordo se beneficiem das reduções tarifárias, através de ganhos com o comércio para com os países vizinhos. Nesse sentido, o presente capítulo irá apresentar uma breve evolução da economia paraguaia e os resultados obtidos a partir das reduções tarifárias com a formação do Mercosul.

4.1 Caracterização da economia paraguaia e o estabelecimento das relações comerciais com o Brasil.

O Paraguai é um país localizado na América do Sul, cuja capital localiza-se na cidade de Assunção. Suas dimensões territoriais de 406.706 km², com densidade demográfica de 16,7 hab/km², com 59,42% da população residindo na área urbana (IBGE, 2016). Se comparado as demais economias do Mercosul, é uma economia relativamente pequena, apresentando o menor Produto Interno Bruto do bloco, no entanto, apesar do Brasil e Argentina vivenciarem um período de recessão da atividade econômica, o país tem se consolidado no cenário externo como um país com uma economia estável.

O gráfico 1 mostra que em todo o período de análise da pesquisa, apesar de possuir um PIB comparativamente menor que o Brasil e do Mercosul, mas observa-se que em todo o período analisado, a taxa de crescimento do PIB paraguaio apresentou uma trajetória semelhante das taxas de crescimento do PIB brasileiro e do PIB do Mercosul.

Durante os anos de 1998 a 2002, observa-se que a taxa de crescimento do PIB paraguaio foi negativa, o que pode ser justificado pela crise argentina que afetaram os países do Mercosul como um todo (Maia, 2008). De 2003 a 2008, notou-se que a taxa de crescimento do PIB paraguaio foi positiva, mas que a partir de 2009, a taxa de crescimento de ambos foi negativa, o que pode ser explicada pela crise financeira de 2008 (Oliveira, 2010), sendo um destaque para os anos de 2007 e 2008, no qual se percebe que as taxas de crescimento do produto interno paraguaio são maiores que as taxas de crescimento do produto interno brasileiro e dos países membros do Mercosul.

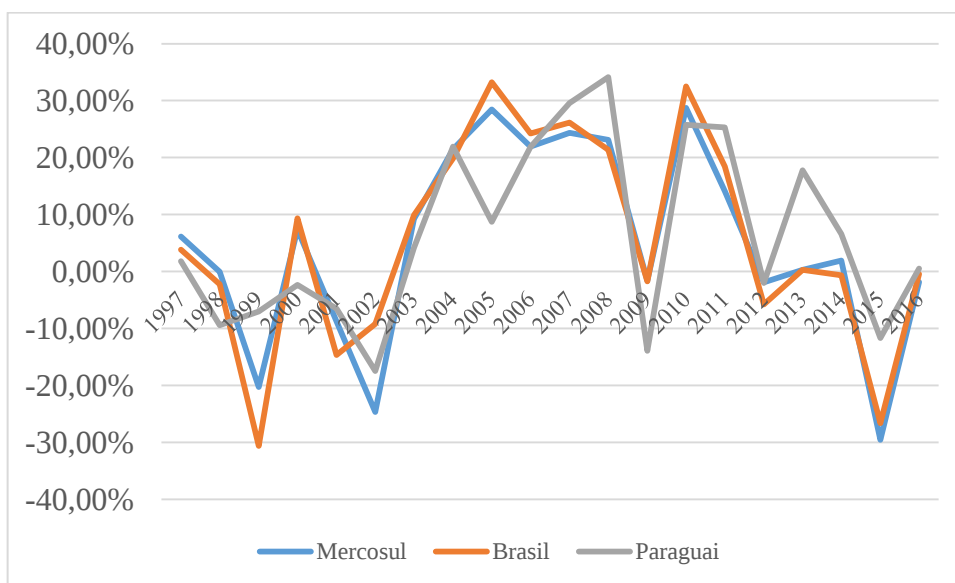
No ano de 2012, constata-se que a taxa de crescimento do PIB foi negativa o que pode ser explicada pelo fato de nesse período houve o afastamento do país do bloco (Neto e Paula,

2012), enquanto em 2015 que a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi negativa, assim como a taxa de crescimento do PIB paraguaio e do Mercosul que pode ser explicada pela redução da atividade econômica brasileira que pode ter afetado o desempenho econômico do Paraguai, já que Turco (2016) cita que em 2015 exportações paraguaias para o Brasil foram reduzidas devido a redução das atividades econômica brasileira. Contudo, a taxa de crescimento do PIB paraguaio aumentou em 2016, enquanto que as taxas de crescimento do PIB brasileiro e do Mercosul ainda continuaram negativos.

Até a década de 1970, a economia do país fundamentava-se em três atividades fundamentais: a exportação de *commodities* agrícolas, venda de energia elétrica aos países vizinhos e comércio de reexportação. A venda de produtos semilegais na fronteira exerceu durante muitos anos influência sobre a economia paraguaia, mas que recentemente tem perdido força com a desvalorização da moeda dos países vizinhos (MACIEL, 2017).

Os estabelecimentos das relações comerciais para com o Brasil iniciaram-se a partir de dois fatores fundamentais: a construção da Ponte da Amizade em 1965, permitindo que a produção paraguaia fosse escoada com um preço mais competitivo e se tornasse menos dependente do Porto de Buenos Aires e a construção da Usina Binacional de Itaipu inaugurada em 1984, ocasionando uma maior entrada de capitais no país e um processo incipiente industrialização provocado pelo aumento do gasto público (CÉSAR, 2016).

Gráfico 1- Taxa de crescimento do PIB paraguaio, brasileiro e de Mercosul.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos junto ao FMI (2018).

Conforme apontado por César (2016), os estabelecimentos das relações comerciais para com o Brasil faziam parte do projeto de desenvolvimento econômico do presidente Alfredo

Stroessner, seus resultados não geraram uma estratégia de crescimento orientado tornando a economia paraguaia dependente da institucionalização do Estado, o qual inibiu o processo de industrialização via substituição por importações como ocorreu nos demais países vizinhos.

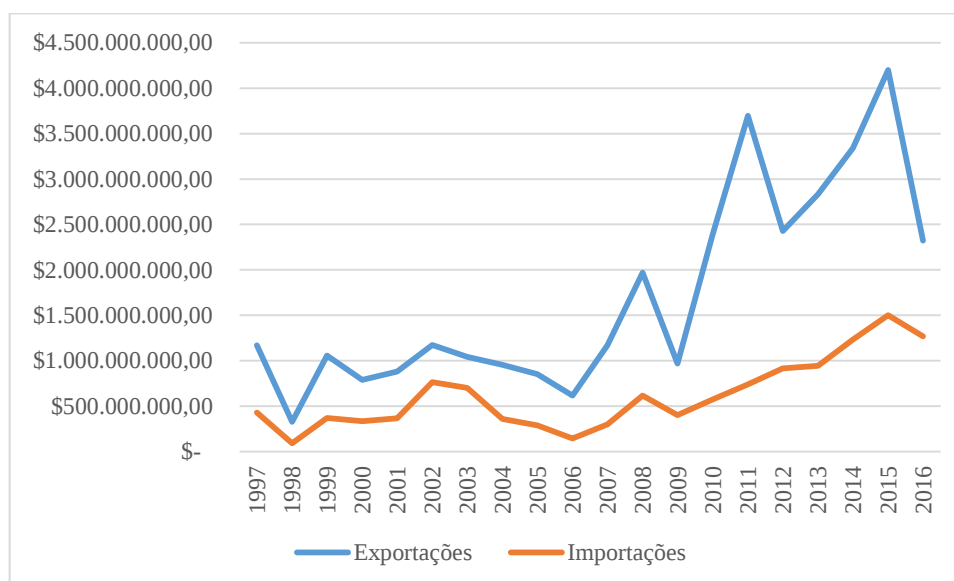
No entanto, cabe ressaltar que apesar de essa forte presença do Estado inibir o desenvolvimento da estrutura produtiva do país, ao mesmo tempo possibilitou que ele gozasse de estabilidade macroeconômica e baixo nível de endividamento externo ao longo dos anos. Nesse tocante, com a redemocratização do país, vivenciada pelo na década de 1990, foram importantes para promover a industrialização do país acompanhada com a formação do Mercosul, no qual promoveu a abertura econômica, permitindo o estreitamento das relações comerciais para com o Brasil e Argentina, seus maiores parceiros comerciais na América Latina, bem como ser responsável pela maior atração de investimento externo (IDE).

Sendo assim, a partir da formação do Mercosul, o Brasil se tornou o principal parceiro comercial do Paraguai. Conforme dados da Observatório da Complexidade Econômica (2016), em 2016 o Paraguai exportou 4,7 bilhões de dólares, os quais 63% do total exportado para América do Sul foi destinado para Brasil, 17% das exportações foram destinadas para a Argentina e 11% para o Chile, enquanto que 7% restantes foram destinados para o Uruguai, Peru, Bolívia e Colômbia.

Por outro lado, o Paraguai foi o vigésimo parceiro comercial do Brasil em 2017 (Comexvis, 2018), conforme apresentado abaixo, a corrente comercial Brasil Paraguai foi superavitária em todo o período analisado.

Em todo o período de análise pode-se observar que a corrente comercial entre esses dois países se mostrou superavitária. Durante os anos de 1996 a 1998, percebe-se uma queda tanto nas importações como nas exportações que pode ser justificada pelo sucesso da implementação do Plano Real em 1996, mas que no ano de 1997 a 1998, essa queda tanto nas importações quanto nas exportações pode ser relacionada pelo desgaste da âncora cambial com instrumento da política econômica bem como as crises nos países financeiras do Ásia em 1997, e da Rússia em 1998, as quais afetaram o Brasil por meio do efeito contágio (GIAMBIAGI et al, 2004).

Já no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), observa-se que, em 1999, as exportações e importações aumentaram, o que pode ser justificado pela retomada do crescimento econômico brasileiro, mas que até 2001 tanto as importações como as exportações se reduziram em função das crises energia vivenciadas pelo Brasil e também pelo efeito do contágio argentino além da ameaça terrorista de 2001, afetando também a economia paraguaia, causando uma redução nas importações paraguaias destinadas ao Brasil.

Gráfico 2- Evolução das relações comerciais entre Brasil e Paraguai.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível no banco de dados Alice Web (2018).

No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), constata-se que há uma queda das exportações e uma tendência de queda das importações, o que pode ser justificado apesar do reestabelecimento das relações comerciais com o Mercosul, percebe-se também que nesse período há uma forte intenção de estabelecer parcerias comerciais para com os países emergentes (China, Índia, Rússia e África do Sul).

Já no segundo mandato de Lula (2007-2010), percebe-se que há um aumento das exportações e importações até o ano de 2008, o que pode ser justificado pelo fato do Brasil não ser afetado pela crise financeira de 2008. No entanto, observa-se que de 2009 a 2010 há uma redução, tanto nas importações quanto nas exportações, que pode ser justificado pelo fato de a partir de em 2009, a China se tornar o principal parceiro comercial do Brasil (Fiestel e Hidalgo, 2011).

Com o que diz respeito ao estabelecimento das relações comerciais brasilo-paraguaias estabelecidas no governo presidencial de Dilma Rousseff (2010-2014), registra-se o maior aumento nas exportações e importações no ano de 2011, mas que no ano de 2012 houve queda tanto das mesmas, o que pode ser justificado pela *impeachment* do presidente Fernando Lugo em 2012, mas que por outro lado, há um aumento nas importações paraguaias destinadas ao Brasil, que pode ser explicado pelo aumento dos investimentos externos brasileiros no país (Espósito, 2012).

Essa tendência de aumento das exportações pode ser verificada nos anos de 2013 e 2014. No primeiro ano do mandato de Dilma Rouseff (2015-2016), constata-se que tanto as

importações como as exportações atingem o seu ápice, registrando uma queda em 2016, que foi justificado pela recessão da economia brasileira a partir de 2013, mas que a diminuição nas exportações só foi registrada apenas em 2016.

Conforme apontado por Neto e Paula (2014), é nesse período que ocorre uma aproximação comercial entre os dois países, bem como um aumento de investimento externo e uma participação significativa de empresas brasileiras na economia paraguaia. Nesse período, o Brasil passa a ser o segundo maior investidor estrangeiro direto, ficando apenas atrás dos Estados Unidos.

A principal motivação para o aumento do IDE é explicado pelos custos de produção relativamente inferiores provocados pelo Regime de Maquilas ou a Lei de Maquila, implementado no país em 1997, a partir do decreto 1.064, que permite as empresas estrangeiras se instalem no país pagando apenas 1% do imposto sobre o valor agregado (IVA), podendo importar matéria-prima do país de origem, mas que utilize a mão-de-obra ofertada exclusivamente paraguaia. Além desse regime, as empresas são atraídas custos de energia elétrica que é cerca de 63,63% mais barata que o Brasil e pelos sistemas fiscal e trabalhistas relativamente flexíveis, além da proximidade para com os países do Cone Sul (NETO E PAULA, 2014.)

O Paraguai, comparativamente, apresenta um regime mais simplificado que a do Brasil. Enquanto a pátria brasileira apresenta uma carga tributária composta por três tipos de impostos Pis (Programas de Integração Social), Cofins e ICMS (Imposto sobre a Mercadoria de Bens e Serviços), que somam uma alíquota de 27,5%, o Paraguai apresenta um único imposto caracterizado que o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) (Turco, 2016).

Ainda assim, outra diferença em relação a carga tributária do país está em relação a cobrança das alíquotas incidentes sobre a cobrança do Imposto de Renda sobre a Pessoa Física e Jurídica (IRPF e IRPJ, respectivamente), enquanto no Brasil a alíquota cobrada é de 34% e 27,5%, no Paraguai a cobrança de ambas as alíquotas são de 10%.

Por fim, outro diferencial sobre o Valor Agregado, cuja alíquota incidente é de 10%, além do imposto de importação, contribuição social, e uma taxa paga sobre o consume de bebidas, combustíveis e cigarros, em relação as duas economias são os salários. Apesar dos salários brasileiros serem menores do que os salários paraguaios, conforme apresentado na tabela abaixo, mais os encargos salariais, conforme Bittencourt e Teixeira (2008) correspondem a aproximadamente 102,6% total pago sobre a folha de pagamento enquanto que no Paraguai,

os encargos trabalhistas correspondem a 16% do salário (Instituto Observatório Social), o que faz com que o salário no Brasil se torne mais caro ao salário pago no Paraguai.

Tabela 4: Tabela comparativa entre Brasil e Paraguai.

	Imposto de Renda sobre a Pessoa Física	Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica	Impostos	Salário
Brasil	10%	10%	10%	1.265,00
Paraguai	34%	27,50%	27,00 %	954,00

Fonte: Elaboração Própria com base em Fiems et al (2014).

Se por um lado, a carga tributária simplificada permite uma maior atração de investimentos externos diretos, por outro reflete a deficiência para a alocação de recursos para a melhoria na infra-estrutura do país (Turco, 2016). Fazendo assim uma comparação entre os Brasil e Paraguai, apesar da carga tributária no Brasil ser mais elevada, mas percebe-se que a participação dos gastos em educação e saúde no PIB são maiores.

Enquanto que a participação da carga tributária no PIB do Brasil em 2016 foi de 32,38%, a participação do PIB nos gastos em educação e saúde foram de 5,8% e 9,7%. Por outro lado, apesar da participação da carga tributária no PIB ser 8%, a participação dos gastos destinados à educação e saúde é de 4,1% e 9% do PIB paraguaio. Tais dados estão sintetizados na tabela a seguir:

Tabela 5: Participação dos Gastos Públicos em Educação e Saúde no PIB em (%) no ano de 2016.

País	Gastos em Educação	Gastos em Saúde	Carga Tributária
Brasil	5,8	9,7	32,38%
Paraguai	4,1%	9%	8%

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados obtidos por Turco (2016), IBGE Países e Receita Federal.

Conforme apontado por Turco (2016), um fator importante que facilita as relações comerciais entre os dois países é a proximidade cultural e proximidade geográfica, permite que o Paraguai se torne uma alternativa de investimentos à China. Segundo Turco (2016), um produto importado da Ásia demora em média 30 dias para desembarcar no Brasil, o que incorre

em maiores custos de estoques mais altos, sem levar em consideração o valor das tarifas pagas sobre a importação dos produtos.

Segundo Banco Mundial apud Ministério das Relações Exteriores (2016), a economia paraguaia, apesar de ser uma economia pequena, mas é aberta, o que reflete nas poucas ou inexistentes barreiras comerciais no comércio externo.

O Paraguai não tem acesso a portos marítimos, mas faz uso privilegiado das hidrovias dos Rios Paraguai e Paraná, permitindo que a mercadoria saia de Ciudad del Leste e chegue a São Paulo e Rio de Janeiro em um intervalo de 36 horas, refletindo em custos menos elevados em relação ao frete e ao transporte, o que recaí em menor preço de importação se comparado a outros países.

Atualmente o Brasil é o segundo maior investidor estrangeiro no Paraguai (Turco, 2016), com 80% das empresas maquiladoras com capital brasileiro concentrando em seis setores principais: frigoríficos, cimentos, plásticos, têxteis, calçados e autopeças, que correspondem aos capítulos 02 (Carnes e miudezas comestíveis), 25 (Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento), 39 (Plásticos e suas obras), 50-63 (Materiais Têxteis e suas obras), 64 (Calçados, polainas e suas obras), 87 (Materiais de Transporte) da Nomenclatura Comum do Mercosul.

Ao analisar a participação das importações desses setores, pode-se observar que os setores mais expressivos são os setores 02 e 50-63, correspondendo aos setores de frigoríficos (carnes) e materiais têxteis, enquanto os setores com maior participação dentre os setores analisados são os capítulos 50-63 e 64, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 6: Participação das importações brasileiras sobre o total analisado.

	SEÇÕES DA NBM/NCM	Paraguai
2	Carnes e Miudezas comestíveis	34,13%
25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento	0,11%
39	Plásticos e suas obras	17,97%
50-63	Matérias têxteis e suas obras	42,71%
64	Calçados, polainas, etc. e suas partes	5,00%
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	0,08%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos junto ao banco de dados AliceWeb.

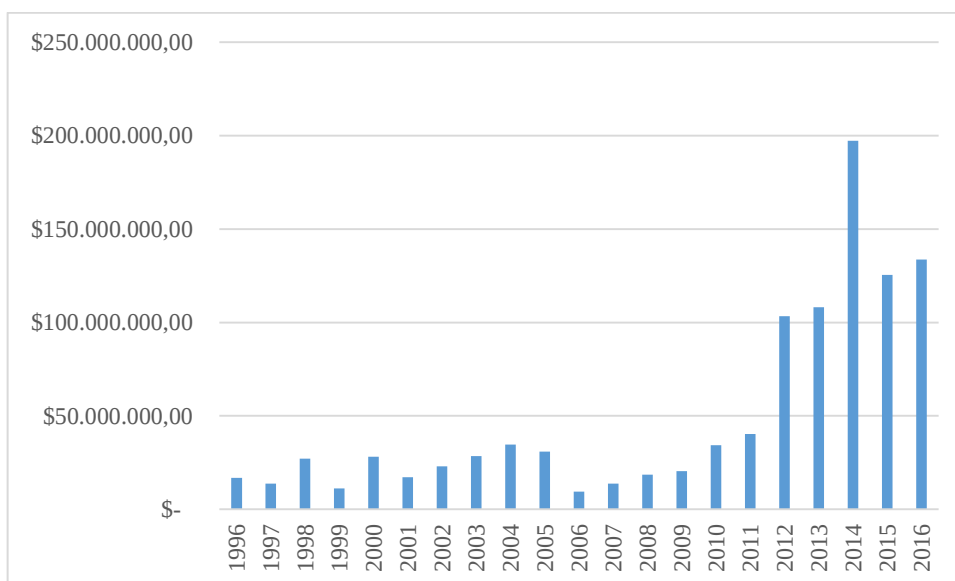
O setor de frigoríficos é um setor de grande importância para a economia brasileira. O Brasil, juntamente com os Estados Unidos e a União Europeia, são os maiores produtores de

carne bovina do mundo. Juntamente com a China, o Brasil faz parte do *ranking* dos países que detêm os maiores rebanhos do mundo, porém a produção chinesa de carne é voltada apenas para abastecer o mercado interno (Borges e Mezzadri, 2008).

Por ser o maior exportador de carne do mundo, o Brasil não se encontra posicionado em nenhum *raking* dos maiores importadores de carne. Todavia, é importante ressaltar que as importações de carne dos países do Mercosul estão correspondem a 0,5% do consumo interno (DEPEC, 2015), sendo destinado a abastecer o consumo interno, para que a produção interna possa ser destinada totalmente para a exportação (Borges e Mezzadri, 2008). O Paraguai é o terceiro maior país exportador de carne para o Brasil entre os países do Mercosul, conforme observado na tabela 3, as exportações do setor 02 correspondem a 34,13% das exportações dos setores analisados.

Conforme se pode ver na figura 4 abaixo, as importações do capítulo 02 (Carnes, miudezas e comestíveis), sempre foram relativamente inexpressivas abaixo dos US\$ 50.000.000,00. As importações do setor 02 (Carnes, miudezas e comestíveis) tiveram um aumento significativo a partir de 2012, mesmo período em que as relações comerciais entre Brasil e Paraguai se estreitaram até 2014, quando as importações de carnes atingiram o seu ponto máximo, mas que em decorrência da redução da atividade econômica do Brasil reduziu-se em 2015 (Turco, 2016) tendo um maior aumento em 2016.

Gráfico 3- Importações de frigoríficos do Brasil provenientes do Paraguai

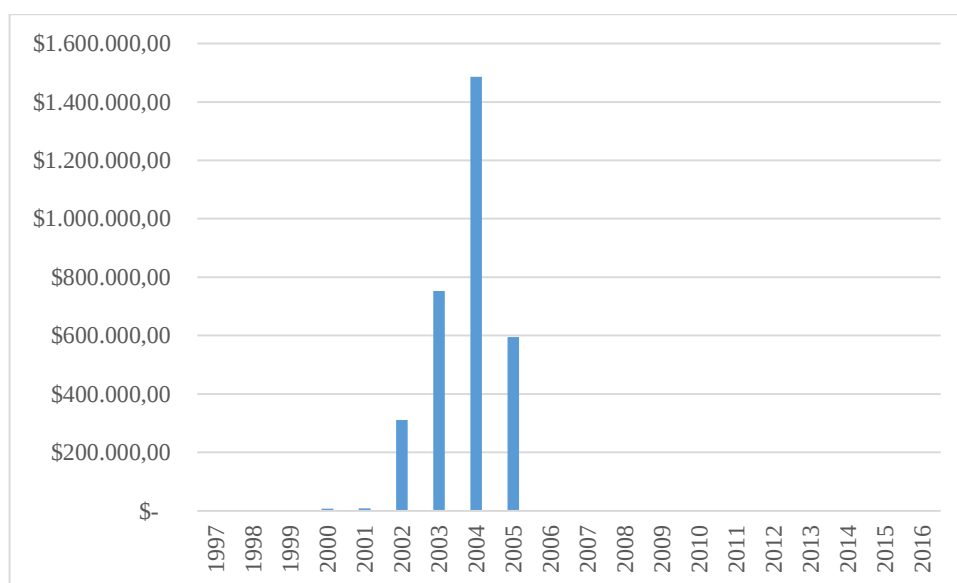


Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos junto ao banco de dados AliceWeb.

Outro fator importante para que a exportação de carnes possa ter aumentado, partir de 2012, se justifica também pela instalação de grandes frigoríficos brasileiros das marcas Friboi e Marfrig, a partir de 2005, nos países membros do Mercosul afim de ter maior participação no mercado internacional (Borges e Mezzadri, 2008). O aumento das importações também pode ser justificado pelo aumento dos investimentos de empresas brasileiras no setor que são atraídas pela perda da competitividade do mercado da carne do mercado brasileiro da competitividade do mercado da carne, disponibilidade de matéria-prima, segurança sanitária, mão de obra abundante e barata e capacidade frigorifica instalada (Azari apud Turco, 2016).

Em relação ao setor de cimentos observa-se que as importações brasileiras de origem paraguaia correspondem 0,11% e importado dos setores analisados, um percentual muito pequeno se comparado aos demais setores analisados, o que não é verificado apenas nesses dois países pois o fluxo comercial desse setor é relativamente baixo pelo fato do cimento ser um produto perecível (DEPEC, 2017).

Gráfico 4- Importação de cimentos do Brasil provenientes do Paraguai



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo banco de AliceWeb.

A instalação de empresas brasileiras no setor de cimentos no Paraguai, assim como as empresas frigorificas, são resultado da ampliação da capacidade produtiva das empresas brasileiras que migraram para o Paraguai e outros países do Mercosul decorrendo obter a maior participação do mercado internacional (SANTOS, 2011).

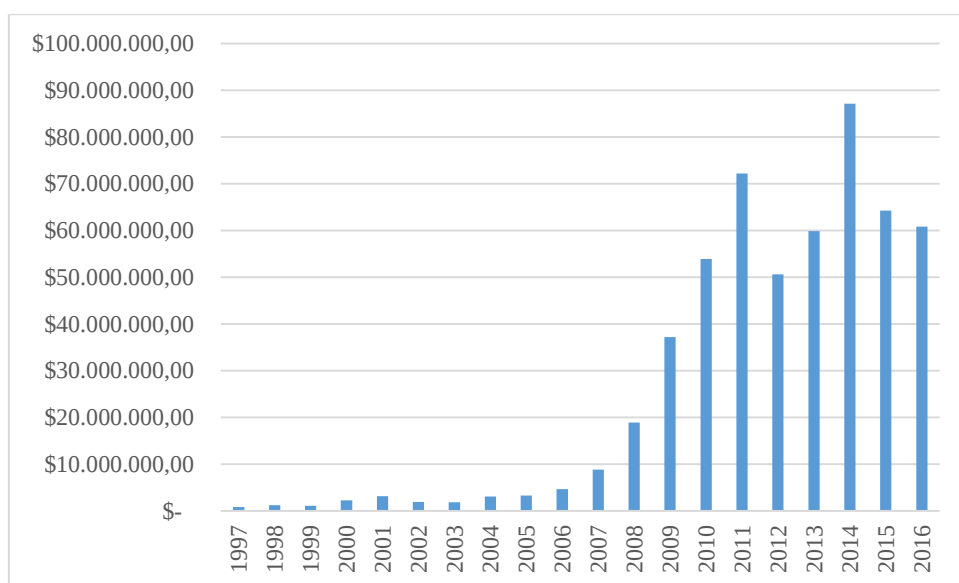
Nota-se, as importações de cimentos começaram tímidas nos anos 2000, conseguem atingir alcançando um auge em 2004, porém começaram a decair a partir de 2005. Essa queda

nas importações pode estar relacionada ao fato de que a partir durante 1980 a 2005, a produção interna de cimento brasileira esteve estagnada, sendo retomada a partir de 2005 (CARVALHO, 2015).

Entre os fatores que prejudicam a produção nacional e favorecem a importação paraguaia está relacionada, por exemplo ao fato que os setores que o Brasil possui a maior carga tributária incidente sobre o cimento, cuja tributação é imposta ao longo da cadeia produtiva em que prejudica o consumidor final em detrimento dos elevados custos de produção.

No que diz respeito à análise das importações de plásticos provenientes do Paraguai, observa-se que as exportações aumentaram significativamente desde o início do estudo. Como se pode observar na tabela anterior, as importações de plásticos do Brasil provenientes do Paraguai correspondem a 17,97% do total importado. No entanto, a partir da queda da atividade econômica em 2014, as importações brasileiras começaram a decair como se pode observar no Gráfico 3.

Gráfico 5 - Importação de plásticos do Brasil provenientes do Paraguai.



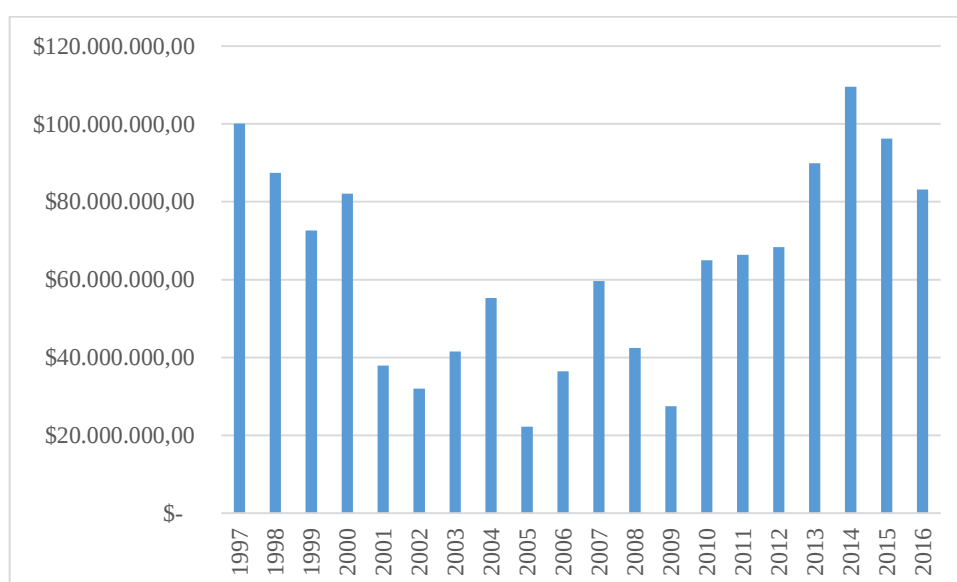
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados fornecidos pelo banco de dados AliceWeb.

Segundo Panigalli e Kroth (2015), as importações de produtos plásticos dos países do Mercosul são utilizadas como insumos para abastecer a produção brasileira, portanto, além dos baixos reduções tarifárias do Mercosul, os aumentos das importações nesse setor podem ser justificadas pelo redução nos custos de transporte e pelos custos de mão de obra que o Paraguai apresenta, além dos benefícios do Regime de Maquila, que barateia os produtos fabricados desse setor (SCHLEI, 2017).

O setor de têxteis é possui o maior volume importado do Brasil proveniente do Paraguai. Conforme observado na figura a seguir, as importações paraguaias para o Brasil só foram maiores em 1996, o que pode ser justificado pelo fato de em 1992, o governo paraguaio passou a não mais incentivar a pesquisa para o melhoramento genético de algodão, provocando uma queda na produção interna e consequentemente uma queda nas exportações (Leon, 1995).

Ademais, observa-se que as importações desse setor registram aumento substancial a partir de 2012, mesmo período em que os investimentos das brasileiras aumentaram, no entanto com a queda da atividade econômica brasileira, observou-se que para todos os setores analisados, as importações reduziram substancialmente.

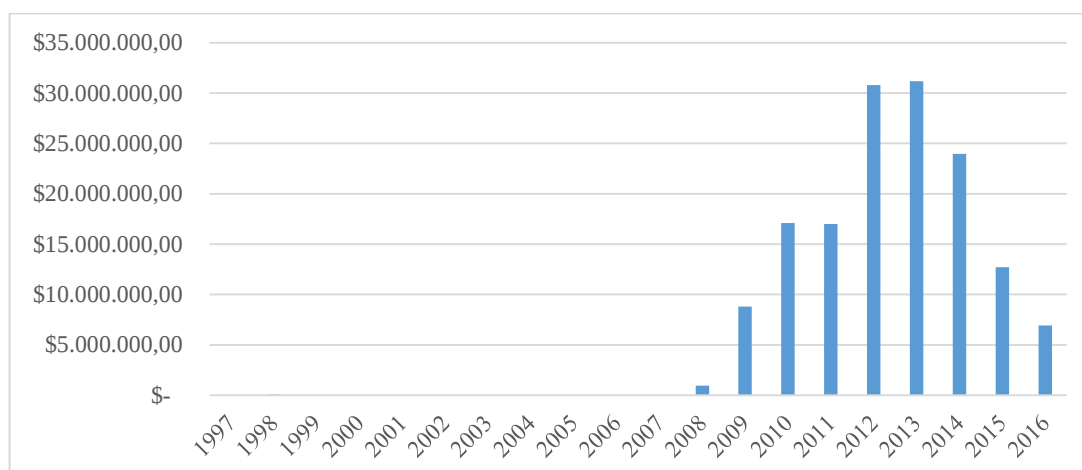
Gráfico 6- Importação de produtos têxteis do Brasil provenientes do Paraguai.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos por AliceWeb.

Por ser um trabalho tipicamente manual, o custo de produção dos produtos têxteis é formado basicamente da produção de malha, energia elétrica e mão de obra, o que pode favorecer a produção paraguaia já que os custos relacionados à energia elétrica e salários são inferiores ao Brasil, além disso a produção de produtos têxteis brasileiros é insuficiente para produzir a demanda interna, o que pôde também ser responsável por estimular as importações desse país.

No caso do setor de calçados, observou-se que a participação desse setor corresponde a 4,69% das importações do total importado dos setores analisados. Observa-se que as importações de calçados tiveram um aumento substancial a partir de 2009, mas começaram a decair significativamente a partir de 2014, em função da queda da atividade econômica brasileira.

Gráfico 7-Importações de calçados do Brasil provenientes do Paraguai.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados junto ao banco de dados AliceWeb.

Conforme apontado por Franceschini e Azevedo (2003), o setor de calçados é um setor tradicional na economia brasileira, sendo que a competitividade nacional foi afetada em função da entrada dos produtos estrangeiros que abalaram a competitividade industrial. Nesse sentido, a fim de obter menores custos com a produção de calçados, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem estimulado as empresas nacionais instalar suas filiais no Paraguai a fim de obter menores custos competitivos oriundos das reduções tarifárias do Mercosul, menor custo de mão de obra, e os benefícios obtidos com o Regime de Maquila (SEBRAE, 2014).

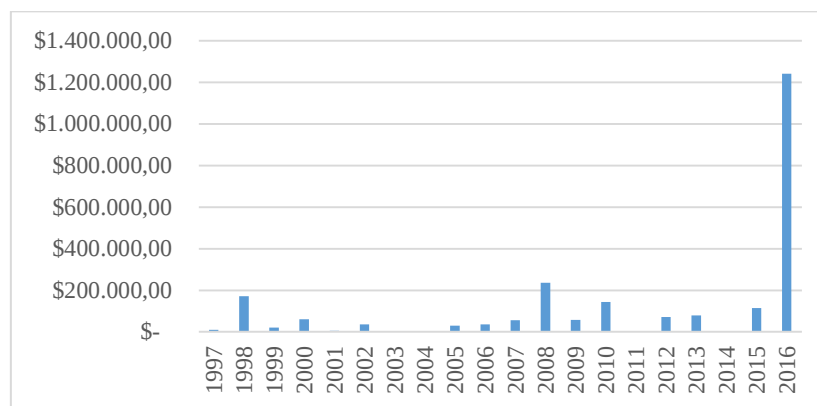
Por fim, em relação as importações de autopeças, o Brasil possui uma participação de 0,07%, o que pode ser justificado pelo fato de apenas 2% empresas de capital brasileiro localizado no Paraguai serem desse setor (CÉSAR, 2016).

Diferentemente dos demais setores analisados, as importações do setor de autopeças apresentaram um aumento em 2016. Segundo Sindipeças (2017), o Paraguai é o vigésimo maior exportador de autopeças para o Brasil. Esse aumento nas importações de autopeças pode ser verificado pelo fato de haver um acordo entre Brasil e Paraguai que impede a importação de veículos usados para dentro do território paraguaio, o que pode estimular a produção interna e propiciar o aumento nas importações.

Ao analisar o desempenho das importações de todos os setores de origem paraguaia e chinesa para o Brasil pode-se constatar que em relação as importações do setores de análise para o Brasil de origem Paraguaia apresentaram um aumento significativo das importações a partir de 2012, período em que o país recebeu o maior volume de capital oriunda de investimento externo direto brasileiro no Paraguai, ao mesmo tempo que as importações começaram a decair em 2015, em decorrência da redução da atividade econômica no Brasil, o

que revela que a economia paraguaia, como já exposto, é dependente das economia brasileira em função de ser seu principal parceiro comercial.

Gráfico 8-Importações de autopeças do Brasil provenientes do Paraguai.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos junto ao banco de dados AliceWeb.

Dito isto, a próxima seção irá apresentar os resultados encontrados nos cálculos de criação e desvio de comércio, a fim de verificar o efeito das reduções tarifárias do Paraguai na economia brasileira.

4.2 Resultados dos Indicadores de Criação e Desvio de Comércio.

Conforme visto, as desgravações tarifárias provenientes da formação de um acordo comercial podem gerar dois efeitos distintos: no primeiro efeito, conhecido como criação de comércio, decorre da substituição da produção nacional pela importação do país intra-bloco mais eficiente. O segundo efeito, decorre do desvio de comércio, o qual está relacionado a substituição da importação do país extrabloco mais eficiente pela importação do país intra-bloco menos eficiente (Carvalho e Silva, 2007).

Os resultados dos cálculos de criação e desvio de comércio foram obtidos realizando simulações como apresentado no capítulo metodológico da presente pesquisa. O critério utilizado para a avaliação dos resultados foi comparar os resultados de criação e desvio de comércio encontrado nos trabalhos de Nonnemberg e Mendonça (1999), Vasconcelos (2001), Fonseca e Souza (2007), Almeida e Vasconcelos (2016) e Hidalgo e Silva (2016).

Para o cálculo de criação de comércio, os resultados que mais se aproximaram dos apresentados pela literatura foram os resultados obtidos com as elasticidades de importação calculadas por Hoeckman e Olarreaga (2002). Em relação ao cálculo de desvio de comércio, os

resultados que mais se assemelharam com os resultados apresentados na literatura são os resultados calculados com a elasticidade de substituição apresentadas por Kume e Piani (2012), que se mostraram mais condizentes com os resultados apresentados na literatura. Por fim, em relação as tarifas de importação, as que mais se aproximaram dos resultados apresentados na literatura, foram as tarifas MFN, cujo cálculo de criação e desvio de comércio se mostram bem próximos das evidências já calculadas por outros autores

Dito isto, os resultados dos cálculos de criação e desvio de comércio serão apresentados na tabela 12. Conforme se pode observar, as importações de carnes e miudezas comestíveis brasileiras oriundas do Paraguai totalizaram em média 45 milhões de dólares durante todo o período analisado. Com isso, durante todo o período analisado, constatou-se que as desgravações do Mercosul permitiram que as importações aumentassem em média em 4 milhões de dólares, o que correspondem a um percentual médio de 9% do total importado, sendo que 7% dessas variações correspondem a criação de comércio enquanto que 2% corresponde ao desvio de comércio. Apesar desse percentual ser inferior aos resultados apontados pela literatura econômica, as evidências de criação de comércio corroboram com as evidências apresentadas por apresentadas por Nonnenberg e Mendonça (1999), Costa (1999), Fônsaca e Soares (2007) e Silva e Hidalgo (2016).

Apesar do setor de cimentos apresentar um baixo fluxo comercial durante todo o período analisado, pode-se constatar que durante todo o período analisado, as importações médias do Brasil de cimento de origem paraguaia totalizaram em média 3 milhões de dólares, sendo que as reduções tarifárias do Mercosul, permitiram que houvesse uma variação média nas importações em 7 mil dólares, o que corresponde a uma variação total de 1,64%, do qual 1,35% das variações está relacionada a criação de comércio e 0,29% ao desvio de comércio, o que se mostra em concordância com os resultados encontrados na literatura já que, as importações desse bem é reduzido em função das perecibilidade do produto. No entanto, a evidência de criação de comércio concorda com os resultados apresentados por Silva e Hidalgo (2016), em relação a criação de comércio.

Como exposto na análise descritiva, as importações de plásticos para o Brasil dos países membros do Mercosul servem para subsidiar a produção interna. Nesse sentido, observou-se que durante todo o período analisado, as importações totalizaram em média, 26 milhões de dólares, todavia, as desgravações tarifárias do Mercosul aumentaram as importações brasileiras de origem paraguaia em 6 milhões de dólares, que correspondem a uma variação média de 25,51%, os quais 25% correspondem a criação de comércio e 4% ao desvio de comércio.

Tabela 7: Resultados dos cálculos de criação e desvio de comércio

Grupo de Produtos	Importações Médias do Brasil de Origem Paraguaia (1997-2016) (US\$ FOB)	Criação de Comércio (Hipótese B) * (em US\$)	Desvio de Comércio (Hipótese C)* (em US\$)	Total (em US\$)	Aumento das Importações com a Criação de Comércio (em %)	Aumento das Importações com o Desvio de Comércio (em %)	Variação total da Desgravação tarifária (%)
Carnes e Miudezas Comestíveis	45.121.079,35	3.298.492,16	753.841,80	4.052.333,97	7%	2%	9%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento	3.160.035,00	6.417,09	1.315,00	7.732,09	1,35%	0,29%	1,64%
Plásticos e suas obras	26.843.255,00	5.774.965,03	3.254.401,73	9.029.366,76	21,51%	6%	27,21%
Matérias têxteis e suas obras	60.898.461,17	31.756.530,49	4.363.342,71	36.119.873,20	50%	6,85%	56,85%
Calçados, polainas, etc e suas partes	7.472.328,80	2.279.807,52	826.016,65	3.105.824,16	30,51%	7%	37,51%
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	113.070,71	25.151,59	754,98	25.906,56	46,93%	0,01%	46,94%
	23.934.705,01	7.190.227,31	1.533.278,81	8.723.506,12	26%	4%	30%

Fonte: Elaboração Própria. *Usa as elasticidades de Hoeckman e Olarreaga (2002). **Usa as elasticidades de Kume e Piani (2012).

O setor de têxteis, conforme apresentado na análise descritiva, representa a maior participação entre os setores analisados, corroborando com esta afirmativa, percebeu-se que as importações médias desse setor correspondem aos 26 milhões de dólares. As desgravações tarifárias do Mercosul permitiram que as importações brasileiras aumento médio nas importações em 36 milhões, que corresponde a uma variação média em 56,85% nas importações brasileiras de origem paraguaia. Apesar existirem poucas evidências na literatura econômica sobre a criação e desvio de comércio no setor de têxtil no Mercosul, os resultados apresentados Almeida e Vasconcelos (2016) concordam com as evidencias aqui apresentadas.

Como exposto na análise descritiva, o setor de têxteis é o único setor pelo qual o Paraguai possui uma vantagem para comercializar com o Brasil. Nesse sentido, verifica-se que as desgravações comerciais impostas a esse país permitem maiores volumes de comércio para com o Brasil.

O setor de calçados é o terceiro maior, possui a quarta maior participação nas importações totais. As importações desse setor totalizaram em média 7 milhões de dólares durante todo o período observado. Os cálculos dos indicadores de criação e desvio de comércio mostraram que as desgravações tarifárias do Mercosul permitiram que as importações aumentassem em 37,51% em média, sendo 30,51% dessas variações relacionadas a criação de comércio, e 7% relacionada ao desvio de comércio.

Novamente, em virtude da escassez de trabalhos relacionados a criação e desvio de comércio, os resultados encontrados acima corroboram com as evidencias apresentadas por Vasconcelos (2001) e Almeida e Vasconcelos (2011)

Por fim, as importações do setor de autopeças mostraram-se tímidas durante todo o período analisado, mas no último ano de análise, as importações aumentaram substancialmente. Nesse sentido, notou-se que em média, as importações de autopeças do Brasil de origem paraguaia aumentaram, totalizaram em média, 113 milhões de dólares durante todo o período analisado. No entanto, as reduções tarifárias do Mercosul permitiram que as importações de autopeças aumentassem em aproximadamente 47%, sendo que 46,93% dessas variações está relacionada a criação e 0,01% ao desvio de comércio. As evidencias empíricas apresentadas nesta pesquisa corroboram com as evidências apresentadas por Vasconcelos (2001), Almeida e Vasconcelos (2011), Silva e Hidalgo (2016).

Observa-se as desgravações tarifárias do Mercosul permitiram as importações paraguaias um incremento substancial médio nas importações, o que mostra que a desgravações tarifárias do Mercosul tem sido importantes para a expansão das exportações paraguaias para o

Brasil, já que este é o principal parceiro comercial do país, e conforme abordado anteriormente, a dinâmica comercial do país tem sido afetada em função das exportações do país serem concentradas em produtos primários, os quais o Brasil já possui vantagem em produzir, além da concorrência dos países extra-bloco, e para o Mercosul produtos concentrados em tecnologia.

5-CONCLUSÃO

Um dos possíveis efeitos da integração comercial entre países é a possibilidade de obtenção de ganhos comerciais para os países pequenos. Nesse sentido, a economia paraguaia apesar de ser uma das menores economias do Mercosul e da América Latina, tem se destacado no cenário internacional pelo seu desempenho econômico na ordem de 4% ao ano e como a terceira economia que mais cresce no mundo. (FMI, 2018)

Apesar da abertura comercial da década de 1990 ser importante para estimular a entrada de capital externo no país, dois acontecimentos foram importantes para promover a industrialização incipiente no país: o primeiro, a construção da Ponte da Amizade na década de 1950 e 1960, permitiu que a produção interna local fosse escoada, sem dependesse do porto de Buenos Aires, e o segundo fator, a construção da binacional de Usina Hidroelétrica de Itaipu durante a ditadura militar nos Paraguai e Brasil, nos governos de Alfredo Stroessner, então presidente do Paraguai e Castelo Branco, presidente do Brasil.

Esses dois acontecimentos foram importantes para o estabelecimento das relações comerciais brasilo-paraguaias. Isto se deu apenas com a formação do Mercosul, a partir da assinatura Tratado de Assunção em 1991, entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, que houve maior expansão das relações comerciais do país para com os demais países-membros do bloco. A formação do bloco econômico foi importante para o país, pois as reduções tarifárias permitiram-lhe obter uma posição mais privilegiada no comércio para com os demais países membros, porém trouxe a necessidade de promover reformas internas a fim de que as suas exportações fossem mais competitivas no cenário internacional.

O amadurecimento das relações comerciais entre Brasil e Paraguai só foi possível com a formação do Mercosul. Apesar de ser o vigésimo parceiro comercial do Brasil, o principal destino das exportações paraguaias é o Brasil, que correspondem a 63% do total exportado pelo país. No entanto, a concorrência das importações manufaturadas dos países extra-bloco tem prejudicado a concorrência paraguaia, já que as suas exportações direcionadas ao Brasil são compostas por produtos provenientes do setor agrícola, os quais o Estado brasileiro possui uma vantagem natural.

Nesse sentido, tem-se questionado nos últimos anos a formação do Mercosul como um instrumento para promover a integração comercial entre Brasil e Paraguai, como também para com os demais países do Mercosul. No entanto, em 2012 registrou-se no Paraguai um aumento de investimento externo direto proveniente do Brasil. Conforme apontado por Espósito Neto

(2012), em função da carga tributária brasileira e os custos salariais, as empresas brasileiras tem-se deslocado para o país em função de menores custos competitivos que o país oferece e deslocado a importação de bens de outros países para importar no Paraguai em função das reduções tarifárias do Mercosul.

As empresas brasileiras com maior participação do capital estrangeiro compõem os setores de frigoríficos, cimentos, plásticos, têxteis, calçados e autopeças, que se aproveitam dessas reduções tarifárias para produzir com a custos menos competitivos do que se fosse produzido no Brasil ou de importar de outros países do mundo. Nesse sentido, a fim de verificar se as reduções tarifárias do Mercosul possuem tem algum efeito sobre o comércio brasilo-paraguaio, foram calculados os índices de criação e desvio de comércio para os setores mencionados anteriormente.

Os resultados apontaram que para todos os setores analisados, as importações totais dos setores totalizaram, em média, aproximadamente 23 milhões de dólares, sendo que as desgravações tarifárias do Mercosul permitiram um aumento das exportações em 8 milhões de dólares, que correspondem a 30% das desgravações tarifárias, sendo que 26% das desgravações está relacionada a criação e 4% ao desvio de comércio.

Em relação aos setores, percebeu-se que os setores que tiveram o maior incremento maior nas exportações foi o setor de têxteis, cujo incremento nas exportações para o Brasil totalizaram em média em 56% e o setor de calçados, cujas desgravações tarifárias permitiram um aumento nas exportações em 37,51%, além do setor de autopeças cujas desgravações tarifárias permitiram um incremento médio nas exportações em 47,47%.

Durante a pesquisa constatou-se que além das desgravações tarifárias, que permitem o empresariado brasileiro instalar filiais no Paraguai e obter ganhos com o comércio, destaca-se que um dos benefícios obtidos é, além do custo menor custo com a mão de obra, tem-se o Regime de Maquila que permite a matéria-prima seja importada sem que haja o pagamento de tarifas de importação, desde que a pelo menos 90% da produção final retorne para o país de origem, bem como a redução no custo de energia elétrica que permitem que o produto importado pelo país saia a um custo competitivo menor se comparado a produção interna brasileira.

O que se torna prejudicial para a economia brasileira, visto que há o deslocamento da produção interna nacional pelas importações do país membro do acordo comercial, podendo a longo prazo reduzir os níveis de emprego e renda no país.

Com isso, sugere-se reformas tributárias e trabalhistas que possam reduzir a carga tributária atual no Brasil, mas sem que os direitos trabalhistas possam ser prejudicados. Por fim, como o Regime de Maquila se apresentou como um fator importante para a evolução do comércio entre Brasil e Paraguai, sugerem-se para pesquisas futuras, analisar desse Regime sobre as relações comerciais brasilo-paraguaias, como também o seu efeito nas relações comerciais entre outros países.

Diante do exposto, a realização dessa pesquisa é importante para o entendimento das relações comerciais para com o Paraguai, já que a maiorias das exportações desse país destinadas ao Brasil, além do mais, a realização do estudo foi importante para o entendimento de fatores adicionais que tem impulsionado essa corrente comercial ao longo dos anos.

Por fim, em relação as dificuldades relacionadas para a realização da pesquisa, estão relacionadas os poucos trabalhos encontrados na literatura sobre a criação e desvio de comércio em relação ao Paraguai, além de trabalhos que mensurem quantitativamente os efeitos dos incentivos fiscais oferecidos pelo Paraguaia e seus efeitos nas relações comerciais seus principais parceiros comerciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALICEWEB. Disponível em: < <http://aliceweb.mdic.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2018.
- ALMEIDA, M. M.; VASCONCELOS, C. R.F. **Prováveis Impactos de um Acordo Preferencial de Comércio entre o Mercosul e a UE para os Produtos Industrializados Brasileiros**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 10, n. 2, p. 217-233, 2016. Disponível em: < <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/158>>. Acesso em: 09 ago. 2018.
- AZEVEDO, A. F. Z. **O efeito do Mercosul sobre o comércio: uma análise com o modelo gravitacional**. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5045>>. Acesso em: 21 jan. 2018.
- AZEVEDO, G.H.W. **A indústria têxtil brasileira: desempenho, ameaças e dificuldades**. Dissertação de Mestrado, 88 páginas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Disponível em: < www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Gustavo_Azevedo.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- BAUMANN, R., CANUTO, O., GONÇALVES, R. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.
- BAUMGRATZ, D. **O Regime de Maquila e suas implicações para os trabalhadores na fronteira com o México: Perspectivas para o modelo adotado no Paraguai**, 2016. In: I SEMANA ACADÊMICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3037>>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- BITENCOURT, M. B., TEIXEIRA, E. C. **Impactos dos encargos sociais na economia brasileira**. Nova Economia, v. 18, n. 1, p. 53-86, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010363512008000100003&script=sci_arttext&tlng=>> Acesso em: 28 ago. 2018.
- BORGES, A. R.; MEZZADRI, F. P. **Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2009/2010: bovinocultura de corte**. Paraná: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, 2008. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br>>. Disponível em: 07 ago. 2018.
- BRITO, V. THEIS, I.M., SANTOS, G. F. **Paraguai, desenvolvimento e Indústria Maquiladora de Exportação**. In: XVII ENAPUR. Disponível em: < anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.../ST.../ST%201.7-08.pdf>. Acesso em 14 jul. 2018.
- BRUM, A. L. **A economia internacional na entrada do século XXI: transformações irreversíveis**. 2ª Edição. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.
- CARBAUGHT, R.J. **Economia Internacional**. 8ª Edição. São Paulo: Gengage Learning, 2004.
- CARVALHO, A., PARENTE, A. **Impactos comerciais da área de livre comércio das Américas**. 1999. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2763>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CARVALHO, M. A. **Comércio Agropecuário Brasileiro no Mercosul**. Informações econômicas-governo do estado de São Paulo Instituto de Economia Agrícola, v. 29, p. 7-22, 1999. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1999/tec1-0699.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CARVALHO, M.A., SILVA, C.R.L. **Economia Internacional**. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTELLI, T. **Os Estados soberanos e a realidade da integração regional informal: O papel das multinacionais como agentes do processo de regionalização: O caso Brasil-Paraguai**. In: ANAIS DO II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2017. Disponível em: <sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/CASTELLI_SP06-Anais-do-II-Segundo-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2018.

CAVALCANTE, L.R. **Instalação de indústrias brasileiras no Paraguai: uma nota preliminar**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539214/Bol_67_LuizRCavalcante.pdf?sequence=1>. Acesso em 24 mar. 2018.

CAVES, R.E., FRANKEL, J.A., JONES, R., W. **Economia Internacional: Comércio e Transações Globais**. São Paulo: Saraiva, 2001.

CEPAL STAT. Disponível em<<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>> Acesso em 01 mai. 2018.

CÉSAR, G.R.C. **Integração Produtiva Paraguai-Brasil: Novos Passos para o Relacionamento Bilateral**. Disponível em:<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6732>>.Acesso em: 01 jan. 2018.

CLINE, W. R. et al. **Trade Negotiations in the Tokyo Round: A Quantitative Assessment** (Washington, DC: The Brookings Institution). **Google Scholar**, 1978. Disponível em: <<http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201300558530>>. Acesso em 01 jul. 2018.

COMEXSTAT. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em 19 ago. 2018.

COSTA, T.V.A.M. **Integração Regional e seus efeitos sobre as exportações brasileiras de carne avícola**. 1999. 131 páginas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS. Porto Alegre, 1999.Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2580>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

DATAVIVA. Disponível em: < <http://www.dataviva.info/pt/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

DAVID, M. B. A.; NONNENBERG, M.J. B. **Mercosul: integração regional e o comércio de produtos agrícolas**. 1997. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2220>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E ESTUDOS ECONÔMICOS. **Carne Bovina**. 2017. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_carne_bovina.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018

_____. **Têxtil e confecções**. 2017. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_textil_e_confeccoes.pdf>. Acesso em 08 ago. 2018.

_____. **Cimentos**. 2017. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_carnebovipdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

DOMINGUESCK, J. **Flexibilização das convenções coletivas do trabalho na tríplice fronteira-Brasil, Paraguai e Argentina**. 2017. Dissertação de Mestrado. 171 páginas. UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3355>>. Acesso em 13 nov. 2017.

NETO, T. E.; PAULA, O. F. **Um balanço das relações brasileiro-paraguaias nos governos Lula/Dilma (2003-2012)**. Disponível em: <http://www.grupoparaguay.org/P_NetoYDePaula_2014.pdf>. Acesso em 20 ago. 2018.

FARUQEE, H., DAVID., A., C. **Porque 2018 será uma ano decisivo para o Paraguai?**, 2017. Disponível em: < www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2017/120517p.pdf>. Acesso em 30 jun. 216.

FEISTEL, P. R, HIDALGO, A.B. **O Intercâmbio Comercial Nordeste-China: Desempenho e Perspectivas**, 2011. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2011, Fortaleza: ANPEC e BANCO DO NORDESTE. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1262>. Acesso em: 28 dez. 2017.

FERRAZ, L. P. C.. **Os BRICS sob a ótica da teoria dos acordos regionais de comércio**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/90946>>. Acesso em 21 jan. 2018.

FIEMS, CIN, CNI. **Guia de Investimento Paraguai**, 2015. Disponível em: <www.fiems.com.br/public/confederacoes/guia_de_investimento_paraguai.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

FONSÊCA, M. B.; HIDALGO, A. B. **A formação da Alca e os prováveis efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, n. 1, p. 9-26, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032006000100001&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 06 jul. 2018

FONSÊCA, M.B. SOARES, M.L.R. **Efeitos da hipotética formação do MERCOSUL sobre as exportações de carne bovina brasileira para a União Européia: uma análise de equilíbrio parcial**. In: XVI Congresso da Sober, Londrina, 27 de julho de 2007. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/6/748.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

FONSÊCA, M.B., HIDALGO, A.B. **O Protecionismo Dos Países Membros Da Alca Sobre As Exportações Agrícolas Brasileiras.**In: XLIII Congresso da Sober. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/475.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FRANCISCHINI, A. S. N., AZEVEDO, P. F. **Estratégias das empresas do setor calçadista diante do novo ambiente competitivo:** análise de três casos. *Gestão e produção*, v. 10, n. 3, p. 251-265, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/gp/v10n3/19161.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

GOUVEIA JÚNIOR, B. M.C. **Criação e desvio de comércio no MERCOSUL:** o caso do Brasil. 2003. 94 páginas. Universidade Federal de Pernambuco. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. Recife, 2003. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4164>>. Acesso em:13 jan. 2018.

HOECKMAN, B. OLARREAGA, M., N.G. F **Eliminating excessive tariffs on exports of least developed countries.** The World Bank, 2002. Disponível em: < <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/1813-9450-2604>>. Acesso em: 09 ago. 2018. IMF DATA. Disponível em: < <http://www.imf.org/en/Data>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Empresas maquiladoras paraguaias: panorama geral e investimentos brasileiros no setor.** Disponível em:< <https://www.observatoriosocial.org.br/?.../empresas-maquiladoras-paraguaias-panorama>>. Acesso em 04 ago. 2018.

IPEADATA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

KUME, H. et al. **Acordo de livre-comércio MERCOSUL-União Europeia: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro,** 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1897>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

KUME, H., PIANI, G. **Elasticidade de substituição das importações no Brasil.** Disponível em:<<https://www.anpec.org.br/.../2012/.../files.../i66b7721bac68e6e40fd08a06a28938199>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

LA CUEVA, J.F. **Investidores Brasileiros no Paraguai:** Orçamento de capital nas decisões de investimento sob a perspectiva da teoria do investimento internacional. 2012. 143 folhas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: < <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38208/R%20%20D%20%20JAZMIN%20F%20IGARI%20DE%20LA%20CUEVA.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 09 jan. 2018

LAIRD, S., YEATS, A. **The UNCTAD trade policy simulation model. In: A Note on the Methodology, Data and Users, United Nations Conference on Trade and Development (Discussion Papers núm. 19).** 1986. Disponível em: <<https://vi.unctad.org/tda/background/Partial%20Equilibrium%20Models%20%20SMART/SMART.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

LEON, C.V. **Um modelo de logística de suprimento de algodão para a indústria têxtil de Santa Catarina.** 1995. Dissertação de Mestrado. 92 páginas. Universidade Federal de Santa

Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76318>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MACIEL, R.E.N. **A maquila no Paraguai: Modelo produtivo e integração no século XXI**. 109 páginas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL). Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/1701>>. Acesso em: 20 dez.2017.

MAIA, J.M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 12^a Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, P.R. et al. **Análise da Cadeia da Carne Bovina do Mercosul**. Disponível em: <<https://centromedicoveterinariopaysandu.com/wp-content/.../08/Barcellos-et-al-2-2011.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018

MEDEIROS, C. A. **Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul**. *mímeo*, 2008. Disponível em: <<http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/IntegraçãoProdutivaMedeiros.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Como exportar: Paraguai**. Brasília: MRE, 2016. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/.../ComoExportar/CEXParaguai.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>. Acesso em 30 jul. 2018

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, FUNCEX. **Elementos para um programa de promoção de importação brasileiras oriundas da América do Sul**. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/PSCI/PSCIEstudoFuncex2.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2018.

MONGELÓS, J.A. **Tendências regionais: estudo comparativo da legislação em segurança e saúde do trabalho dos países Brasil e Paraguai**. 2014. Monografia de Especialização. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3812>>. Acesso em 24 abr. 2018.

OLIVEIRA, H.A. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/358/35818465005/>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

RECEITA FEDERAL. **Carga Tributária no Brasil**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-eaduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2015.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2018

RIGO, A.; CHIOCKETA, G.; POLLI, V. **Território, Poder e fronteira**: Fatores relevantes na construção de Itaipu, 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/03.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SEITENFUS, R. **Considerações sobre o Mercosul**. Estudos avançados, v. 6, n. 16, p. 117-131, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000300010&script=sci_arttext>. Acesso em 03 dez. 2017.

SOUZA, N.A. **Economia Internacional Contemporânea**: Da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, R. F. **Relações internacionais do Paraguai**: aspectos históricos, econômicos e de segurança. 2013. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TOURINHO, O. A. F., KUME, H.; PEDROSO, A. C. S. **Elasticidades de Armington para o Brasil-1986-2002**: novas estimativas. 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2913>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

VISENTINI, P.F. **De FHC a Lula**: Uma década de política externa (1995-2005). Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/742/74250209/>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

WITS. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org>>. Acesso em 19 ago. 2018.